



Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social



ABEPSS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social



**Aqui
se respira
luta!** ABEPSS 2021-2022

**Subsídios para o debate
sobre as lutas e os movimentos
sociais na formação profissional
em Serviço Social**

XVII ENPESS — GTP Movimentos Sociais e Serviço Social

Clariça Ribeiro (UFCG), Cleier Marconsin (UERJ), Katia Marro (UFF/RO),
Maria Raimunda Penha Soares (UFF/RO), Maria Teresa dos Santos (UFSC),
Susana Maia (UFF/RO), Taciane Couto Gonçalves (UFMT), Vanda Micheli Burginski (UFT).

Rio de Janeiro, dezembro de 2022.



Sumário

4 Introdução

6 O tema das Lutas e Movimentos Sociais nas Diretrizes Curriculares

- 11 As alterações do CNE/MEC no projeto original das Diretrizes Curriculares: como aparece o tema dos Movimentos Sociais na nova proposta?

14 Panorama do estado da arte

- 17 Eventos científicos da categoria profissional: publicações nos ENPESS e CBAS
- 26 As publicações na Revista Serviço Social e Sociedade
- 34 Algumas lacunas identificadas no estado da arte

36 Lutas e Movimentos Sociais na Formação profissional: Graduação e pós-graduação

- 36 Caracterização das pesquisas sobre a relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social na graduação e pós-graduação
- 42 A relação Movimentos Sociais e Serviço Social nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação

55 Extensão e Movimentos Sociais

- 55 Para um balanço sobre os Grupos de Extensão
- 59 O debate da curricularização: alguns apontamentos

66 Considerações finais e Recomendações gerais





Introdução

A proposta da construção de subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares, tem sido um esforço de várias gestões do GTP de Movimento Sociais e Serviço Social da ABEPSS e, portanto, vem sendo gestada a partir de diálogos coletivos, realizações de pesquisas, elaborações teóricas e, fundamentalmente, uma aproximação do que vem sendo consolidado enquanto práticas de ensino, pesquisa e extensão nas diversas unidades de ensino com cursos em Serviço Social. Este documento consiste em uma síntese de um esforço coletivo nesta direção.

Com vistas à sinalização e qualificação de proposições para a formação profissional e, dentre suas várias dimensões, particularmente para a apreensão dos movimentos sociais e sua relação com a profissão, em consonância com a construção de um perfil profissional assentado no projeto ético-político, faz-se imprescindível retomar os princípios que fundamentam a formação nas diretrizes curriculares. Em especial, o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social e a adoção de uma teoria social crítica que possibilite uma compreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

Sob esses pilares, o aprofundamento do debate na formação profissional – e suas decorrentes mediações com o trabalho profissional – acerca das lutas e movimentos sociais requer, necessariamente, uma abordagem da temática desenvolvida a partir da unidade articulada entre os núcleos de fundamentação - *Núcleo de Fundamentos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira, Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional* - tal qual expresso na lógica apresentada pelas diretrizes curriculares da ABEPSS.

Este conteúdo, como se poderá verificar de forma mais detalhada no próximo item, alimentado pela lógica dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares, possibilita a apreensão das lutas sociais como constitutivas dos fundamentos da questão social (MARRO, ABRAMIDES, GUIMARÃES et al, 2021), além de responder a uma preocupante tendência presente na formação, conforme identificado e problematizado

em pesquisas que serão abordadas ao longo deste documento, do trato predominante do debate de movimentos sociais apartado da relação com o trabalho profissional.

Este documento tem por objetivo, em caráter preliminar, levantar debates e propostas em articulação com o que vem sendo acumulado por gestões e GTPs anteriores da ABEPSS e, fundamentalmente, o que vem sendo exercitado como prática de ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma perspectiva crítica nas diferentes UFAs. Neste sentido o documento está organizado em alguns tópicos, que acreditamos facilitar o debate:

1. O tema das lutas e movimentos sociais nas Diretrizes Curriculares;
2. Estado da arte no trato dos movimentos sociais no ENPESS/CBAS e a Revista Serviço Social & Sociedade;
3. O tema dos movimentos sociais na formação de graduação e da pós-graduação, levantado a partir de pesquisas realizadas e publicizadas nos últimos anos, bem como de artigos publicados na Revista Temporalis e
4. Indicações de sistematizações anteriores sobre a extensão e movimentos sociais, a partir dos Grupos de Extensão e o debate da curricularização.

A metodologia utilizada para elaboração do documento consistiu em divisão da coordenação do GTP, contando com a participação de pesquisadoras do GTP ampliado que se dispuseram a contribuir, para realização de levantamentos/pesquisas em Revistas científicas da área, relatórios das gestões anteriores do GTP de Movimento Sociais, congressos e resultados de pesquisas científicas já publicizadas/publicadas, que tratasse do tema dos Movimentos Sociais articulado ao Serviço Social, a formação profissional ou as Diretrizes Curriculares. Como se poderá observar tivemos diferentes níveis de aprofundamento nestes levantamentos: a caracterização das pesquisas sobre a relação entre movimentos sociais e serviço social não teve avanços significativos em relação à pós-graduação, mesmo sendo esta uma proposta inicial do GTP.

Por sua vez, nesta mesma direção o levantamento da relação entre extensão e movimentos sociais não avançou substancialmente no que diz respeito a trazer, de forma analítica, as contribuições das pesquisas realizadas anteriormente sobre esta questão. Contudo foi possível realizar um levantamento inicial e indicar algumas pesquisas que já foram realizadas com este propósito e que podem contribuir com um balanço mais aprofundado. Indicamos também, neste item, alguns apontamentos para contribuir no debate da curricularização da extensão.



O tema das Lutas e Movimentos Sociais nas Diretrizes Curriculares

A construção deste item deu-se, fundamentalmente, a partir do acúmulo de pesquisas realizadas por Maria Clariça Ribeiro Guimarães, sistematizada na tese de doutorado “Movimentos Sociais e Fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional” (GUIMARÃES, 2022) e por Cleier Marconsin, com o artigo Serviço Social e Movimentos Sociais: debatendo articulações no âmbito da formação profissional, publicado na Revista Temporalis, n. 40, em 2020.

O processo de construção das atuais Diretrizes Curriculares teve início na Convenção Geral da ABEPSS, de 1993, quando se decidiu revisar o Currículo vigente, na época, denominado Currículo Mínimo de 1982¹.

Considera-se o Currículo Mínimo de 1982 como um documento muito importante do ponto de vista histórico para a formação profissional, porque afirmou uma “nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional”². Como “resultado do avanço teórico crítico construído” pelo Currículo Mínimo de 1982 é que, na Convenção de 1993, houve a indicação de sua revisão. A base para a decisão era a compreensão que “uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas”.³ Após a decisão de revisá-lo, foram realizadas, entre os anos de 1994 e 1996, atividades coletivas “envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares”. Segundo o documento da ABEPSS, de 1996, foram realizadas 200 oficinas locais - em 67 cursos filiados à Associação, 25 oficinas regionais e 02 nacionais.⁴

Assim, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS, aprovadas em 1996, consolidam o Currículo de 1982, sendo aprimoradas pela Comissão de Especialistas em 1999. Apontam para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade”, considerando “a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira”, bem como “a percepção das demandas e da compreensão do significado social da

[1] Cabe ressaltar que o Currículo Mínimo havia sido aprovado na XXI Convenção Nacional da ABESS, em 1979, na cidade de Natal (RN) e, em 1982, pelo Conselho Federal de Educação (CFE).

[2] Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em outubro de 2018.

[3] Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em outubro de 2018.

[4] Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em outubro de 2018.

profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03). Os conteúdos são vistos e tratados como eixos que “desdobram-se em áreas de conhecimento”, traduzindo-se, “por sua vez [...], pedagogicamente, através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas”.

Alerta para as mudanças em curso na década de 1990, com a emergência do neoliberalismo, no Brasil, impulsionado pelo governo FHC (PSDB):

Os anos [19]90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

É nessa direção que o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética. Assim, articula três Núcleos de Fundamentos: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. As diretrizes aprovadas em 08 de novembro de 1996 expressam:

[...] inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão; a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva socio-histórica; as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.⁵

[5] Op. cit nota 4.

Tendo como primeiro pressuposto que o “Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social”, a qual se “expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista”, as Diretrizes Curriculares apresentam, dentre os avanços acima citados, no Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira, a inserção dos movimentos sociais:

- Conhecimento, em profundidade do *movimento das ações das classes subalternas*, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas *formas de luta e de organização*; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar (grifos nossos).⁶

Observamos, nas Diretrizes aprovadas em 1996, que diferentes matérias básicas materializam o ensino dos movimentos sociais, seja com essa denominação explícita ou como sujeitos políticos, organização das classes subalternas, e outras, ainda. São elas:

- **Formação socio-histórica do Brasil:** A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e *surgimento de novos sujeitos políticos*. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.
- **Política Social:** As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O *papel dos sujeitos políticos* na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho.

[6] Op. cit notas 4 e 5.

- **Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais:** A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.

Em 1999, com base nas Diretrizes Curriculares aprovadas, a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social da ABEPSS junto ao Ministério da Educação (MEC), elabora uma proposta para ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Além de reforçar a indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão, presente nas Diretrizes de 1996 traz, no *perfil do profissional* a ser formado, os movimentos sociais como espaço de articulação e atuação:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e *movimentos sociais*. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

Nas *competências e habilidades*, mostra que a formação profissional deve capacitar do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, como fundamento para o exercício de atividades técnico-operativas. Tais elementos são oriundos da regulamentação da profissão de Assistente Social, pela Lei nº 8662, aprovada em 1993, e, dentre as diferentes competências e habilidades técnico-operativas, consta:


Assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e *movimentos sociais* em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade

A Comissão consolida a proposta dos três núcleos - Fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira e Fundamentos do trabalho profissional – mantendo os respectivos conteúdos.

Diferentes matérias básicas, chamadas de Tópicos de Estudo, trazem os Movimentos Sociais em seu conteúdo, com essa denominação ou como sujeitos políticos, ou sujeitos coletivos e outros, ainda.

- **Sociologia** - Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim) tematizam processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, *movimentos sociais* e instituições.
- **Formação Socio-Histórica do Brasil** - A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos *sujeitos políticos*. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins da década de setenta. Transição democrática e neoliberalismo.
- **Classes e Movimentos Sociais** - As teorias sobre classes sociais e *sujeitos coletivos*. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideopolíticas e socioculturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. *Movimentos sociais* em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor.
- **Serviço Social e Processos de Trabalho** - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do assistente social nos processos de trabalho: questão social, políticas e *movimentos sociais*, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

Analisando de maneira a comparar a proposta aprovada na Convenção da ABEPSS, em 1996, e o documento da Comissão de Especialistas no Ensino de Serviço Social, que consolida a proposta no formato exigido pelo MEC, constatamos que, em ambas, os movimentos sociais ganham ênfase, mostrando a importância da aproximação e articulação com os mesmos na formação profissional. Mas, observamos que as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) trazem alterações importantes nesse e em outros aspectos.



As alterações do CNE/MEC no projeto original das Diretrizes Curriculares: como aparece o tema dos Movimentos Sociais na nova proposta?

O Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em março de 2002, aprovou as Diretrizes Curriculares apresentadas pela ABEPSS⁷.

Confrontando as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE/MEC com a proposta da ABEPSS, de 1996, e sua consolidação pela Comissão de Especialistas, de 1999, observamos modificações significativas.

De fato, já no conteúdo do *perfil profissional*, a relação com os movimentos sociais é retirada, como podemos observar abaixo:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

A manutenção dos movimentos sociais encontra-se nas competências gerais e habilidades, mas não há referência à Lei de Regulamentação da profissão:

Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e *movimentos sociais* em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

[7] Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em outubro de 2018.

No que se refere ao que o documento denomina de Conteúdos Curriculares, mantém os três núcleos, entretanto, os mesmos são esvaziados do conteúdo original e deixam de cumprir o papel trazido pelas Diretrizes da ABEPSS. Aparecem como descrição de conteúdo dos eixos, da seguinte maneira:

- Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social.
- Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Sociedade Brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais.
- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Podemos observar que as matérias básicas, como constam na proposta original da ABEPSS, sendo consolidadas no documento da Comissão de Especialistas como Tópicos de Estudo, desaparecem nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE/MEC. Isso significa, dentre outros graves elementos, que o ensino da relação profissional com os movimentos sociais, que na proposta original das Diretrizes, de 1996, aparecem em três Matérias Básicas e no documento da Comissão de Especialistas, de 1999, que as consolidam, aparecem em quatro Tópicos de Estudo, encontram-se ausentes da organização curricular aprovada pelo CNE/MEC.

Nesse caminho, além dos objetivos originais, no documento do MEC também foram suprimidos os princípios da formação profissional que propunham a “adoção de uma teoria social crítica” voltada para a “apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, no sentido da “indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão”.

De fato, é possível constatar, como mostra o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, em sua Introdução, nas páginas 05 e 06, que o MEC descaracterizou a “direção social”, bem como a “base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social e à definição do perfil de profissional que se pretende formar”.

Importa destacar que o ano em que as Diretrizes Curriculares foram aprovadas pela ABEPSS coincide com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 20 de dezembro de 1996 -, a qual já expressava, em seu conteúdo, “a agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação brasileira e, em especial, a educação superior”⁸. Já se vivia, naquele período, o avanço do neoliberalismo, o que se revela uma categoria relevante neste debate.

[8] Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> - acessado em outubro de 2018.



Panorama do estado da arte

Neste item temos como objetivo sistematizar as principais tendências e resultados de pesquisas sobre o estado da arte que realizaram levantamentos das produções divulgadas em eventos como o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), e nas Revistas Serviço Social e Sociedade. As fontes utilizadas são os relatórios das gestões 2011/2012; 2013/2014; 2015/2016; 2017/2018 e 2019/2020; artigos publicados na Revista Temporalis por gestões do GTP, além de artigos de divulgação dos resultados das referidas pesquisas.

Algumas observações metodológicas são importantes. Não nos propomos a realizar novos levantamentos, mas consolidar uma sistematização dos estudos realizados no período, destacando elementos de análise contidas nas pesquisas disponíveis sobre o tema - presentes nas fontes mencionadas. Por esse motivo, ao apresentar dados ou informações sistematizadas pelas autoras/es consultadas, evidenciaremos recortes temporais, delimitações, objetivos e estratégias de pesquisa, a fim de contextualizar as afirmações realizadas. Por outro lado, apontaremos lacunas temáticas, teóricas ou de novas fontes que merecem ser pesquisadas, como complemento do que já tem sido produzido no âmbito do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social.

A partir de algumas referências presentes no artigo recentemente produzido pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social⁹, propomos uma periodização que marca as principais tendências do debate sobre as lutas e movimentos sociais das classes subalternas e segue o ritmo da própria conjuntura histórico-social - análise que, de modo geral, pode ser constatada na literatura sobre o tema. Esta periodização não inaugura a relação da profissão com as lutas das classes subalternas, na medida em que esta é uma das marcas características do processo de Reconceituação; processo que no âmbito regional assistiu a uma encorpada e complexa relação da profissão com os espaços organizativos e de luta das classes trabalhadoras. A periodização proposta se inicia na década de 1980, por representar um momento em que o Serviço Social vai complexificar e atribuir novas dimensões à relação com as lutas sociais, que será pensada não apenas em termos políticos, mas também profissionais, materializando-se numa produção mais sistematizada em matéria de pesquisas, revistas, eventos, etc.

[9] Marro, Abramides, Guimarães et al (2021).

I

Na década de 1980, Duriguetto e Baldi (2012), identificam, em diálogo com lamamoto, que embora o tema tenha polarizado o debate da categoria profissional e norteado algumas pesquisas, não se espelhou em uma produção acadêmica significativa.

Sem dúvidas, trata-se de uma produção marcada pelo processo de renovação crítica do Serviço Social: apesar de que prevalecem ainda algumas insuficiências teóricas herdadas da década anterior, é possível identificar que o vínculo orgânico entre a profissão e as lutas sociais irá ganhando novas dimensões, superando alguns equívocos que superdimensionaram sua função política, enriquecendo e conservando leituras de extrema importância que surgiram no período da Reconceituação: a exemplo das pesquisas e experiências de trabalho junto a camponeses, mulheres, indígenas e trabalhadores, divulgados nas produções do Celats desde meados dos anos de 1970, que demonstram o processo pelo qual a profissão começa a compreender os sujeitos com os quais trabalha como parte das classes trabalhadoras e subalternas, na sua dimensão coletiva e de classe, no seu potencial organizativo¹⁰.

Sugerimos que as produções aqui analisadas, características da década de 1980, são expressão de um segundo momento da relação que se delineou entre a profissão e as lutas sociais, a partir do período de Reconceituação. Se há um primeiro momento da busca dessa relação que pode ser situada entre os anos 1960-1970, é possível identificar,

[...] um segundo momento, característico dos anos 1980, que é fruto dos debates e da articulação político-profissional da Reconceituação, mas também do limiar com os processos posteriores de renovação e amadurecimento teórico-metodológico. Este segundo momento recolhe algumas sínteses individuais e coletivas que se processam no contexto de ALAETS/CELATS e responde a uma conjuntura histórica radicalmente diferente da anterior: nos países de América Central, os influxos da revolução Nicaraguense levam o debate para o desafio da promoção da participação popular neste contexto, desafiando um perfil profissional tradicional que estava defasado (assim como também, em torno das consequências da guerra precedente), enquanto que nos países do cone-sul, os movimentos sociais aparecem no debate do Serviço Social pelo seu papel no processo de democratização e de resistência às ditaduras, atravessado também pelas lutas por melhores condições de vida, em um contexto de profunda crise econômica e social¹¹.

[10] Cf. resultados de pesquisa reunidos na obra organizada por lamamoto e Santos (2021).

[11] Pinto, Marro, Duriguetto, Bravo (no prelo; tradução nossa).

Nesse sentido, é possível identificar interessantes produções que refletem sobre experiências de intervenção a partir da investigação-ação, da educação popular, da assessoria aos movimentos sociais, inspiradas pelas produções do âmbito regional herdadas da década anterior.

Também conhecida como investigação militante, pesquisa-ação ou investigação ativa, esta proposta de prática-teórica constituiu um dos eixos da ação do CELATS, que produziu uma inovadora linha de publicações com sistematizações de experiências de equipes de pesquisadores de diferentes países, com frações das classes trabalhadoras [...], comprometidas com a elaboração de um conhecimento teórico-prático a serviço do avanço das lutas sociais das classes populares no continente e no Caribe (IAMAMOTO, RAICHELIS, BRAVO, 2021, p. 223-224)

Inclusive nessa direção, ganham relevância os chamados projetos pilotos universitários, de estágio e extensão (a exemplo da PUC-SP, UFMA, UFPA). Assim como também se destaca a organização sindical das e dos assistentes sociais, no contexto da transição para os sindicatos por ramo de produção e atividade.

II

A década de 1990 se diferencia pelo paulatino adormecimento do protagonismo destes sujeitos nas produções da área, prevalecendo a relação com as políticas públicas e sociais, os conselhos de direitos e o controle social, dando visibilidade aos efeitos institucionais em detrimento dos processos organizativos, das resistências e lutas de ação direta¹². A avalanche neoliberal que se manifesta com força desde os inícios dessa década, expressa essa presença mais tímida do tema nas produções do Serviço Social, que se corresponde com a própria conjuntura de descenso das lutas de massas (ABRAMIDES *et al*, 2013).

III

Entretanto, é preciso diferenciar um terceiro momento e atentar para uma tendência em processo, com posterioridade da primeira década dos anos 2000, que parece retratar uma reversão desse quadro inexpressivo da produção sobre as lutas sociais, ou ainda, uma retomada dos estudos, debates e indagações que voltam a colocar na ordem do dia a importância dos processos organizativos das classes subalternas. A produção recente ainda enfrenta inúmeros desafios, mas vem ganhando

[12] Vale destacar que um dos veios de mobilização e articulação dos movimentos e lutas sociais no final da década de 1980 foi o processo constituinte, que culmina em 1988 com a promulgação da nova Constituição Federal. Há, portanto, no início da década de 1990, um esforço e adesão de lideranças, movimentos sociais e profissionais da área social para implementação das conquistas sociais e políticas expressas na CF. Todavia, como sabemos, esse se apresenta como um ponto de contradição no cenário das lutas sociais no país: a promulgação de uma constituição “cidadã” que, mesmo com limitações, institui e amplia direitos sociais e o papel do Estado, e a adesão do país às propostas neoliberais que chegam com força nos países dependentes, criando um certo “hiato” no processo que seria de consolidação de direitos e do controle social.

destaque a partir do crescimento de uma pluralidade de movimentos e sujeitos pesquisados, no campo e na cidade, nas florestas e territórios tradicionais de resistência. O protagonismo destes sujeitos cobra presença na formação profissional através de uma nova valorização da extensão universitária, ou de trabalhos de pesquisa que buscam conhecer seus processos organizativos, suas reivindicações, seu poder de confrontação à luz da dinâmica atual do capitalismo dependente, sua relação com as expressões de resistência que atravessam a questão social e as próprias políticas sociais. Ainda que com pesquisas incipientes, identificamos importantes trabalhos que vêm abordando a relação e a presença das lutas sociais nas produções, seja em eventos e revistas com maior expressão junto à categoria profissional. Apresentamos, a seguir, um panorama do estado da arte no que diz respeito aos ENPESS e CBAS, assim como as produções veiculadas pela Revista Serviço Social e Sociedade.



Eventos científicos da categoria profissional: publicações nos ENPESS e CBAS

Para a elaboração do panorama de produções acerca do estado da arte da temática de movimentos sociais nos ENPESS e CBAS, além da análise dos relatórios de gestão do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social dos anos 2013/2014, 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020; identificamos três pesquisas sistematizadas em dois artigos e uma dissertação. O conjunto das produções trazem dados quantitativos e apontamentos analíticos dos períodos de 1995 a 2008 e 2012 a 2015, a partir das produções no ENPESS e CBAS; e do período de 2014 a 2016 apenas em relação ao ENPESS. Aqui já identificamos um primeiro apontamento: a ausência de levantamentos acerca de produções vinculadas à temática de movimentos sociais em duas edições do ENPESS (XII e XVI) nos anos de 2010 e 2018, e duas edições do CBAS (XV, XVI) realizados nos anos de 2016 e 2019.

Outro apontamento importante a ser realizado é que todos os levantamentos apresentados neste panorama acerca da publicação em ENPESS e CBAS, são exclusivos do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, não prevendo cruzamentos com dados de outros GTPs que também aglutinam reflexões em torno de lutas sociais, como por exemplo, o GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social ou o GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.

O balanço sobre os ENPESS e CBAS que acontecem entre 1995 e 2008 a partir da pesquisa empenhada por Dal Moro e Marques (2011) foi tratado no relatório de Gestão do GTP 2013/2014 (ABRAMIDES *et al*, 2013). Este nos aponta uma porcentagem pequena de trabalhos sobre movimentos sociais em relação ao número de trabalhos aprovados nos eventos, correspondendo 3,82% no período¹³.

Diante dos dados obtidos, foi possível afirmar a discussão sobre os movimentos sociais como “um *tema oculto* no debate profissional”, com “pouca visibilidade nas análises do Serviço Social” (DAL MORO e MARQUES, 2011, p.32), mesmo com uma grande pluralidade de pesquisas (ABRAMIDES *et al*, 2013). Visualizamos o detalhamento quantitativo das produções na tabela a seguir.

| Eventos | Total de trabalhos | Trabalhos sobre Movimentos Sociais | Porcentagem |
|--------------------|--------------------|------------------------------------|--------------|
| VIII CBAS [1995] | 205 | 17 | 8,29 % |
| V ENPESS [1996] | 170 | 11 | 6,47 % |
| IX CBAS [1998] | 318 | 7 | 2,20 % |
| VI ENPESS [1998] | 161 | 24 | 14,91 % |
| VII ENPESS [2000] | 230 | 14 | 6,09 % |
| X CBAS [2004] | 784 | 31 | 3,95 % |
| VIII ENPESS [2002] | 374 | 28 | 7,49 % |
| XI CBAS [2004] | 984 | 17 | 1,73 % |
| IX ENPESS [2004] | 546 | 15 | 2,75 % |
| X ENPESS [2006] | 745 | 37 | 4,97 % |
| XII CBAS [2007] | 835 | 12 | 1,44 % |
| XI ENPESS [2008] | 852 | 22 | 2,58 % |
| TOTAL | 6204 | 237 | 3,82% |

Nos chama atenção o quantitativo de produções no VI ENPESS de 1998 que chega a quase 15% dos trabalhos aprovados em contraposição a 2,20% de trabalhos aprovados para o IX CBAS no mesmo ano, porém não há nenhum indicativo na pesquisa que identifique, por exemplo, as temáticas que foram enfatizadas.

TABELA 01

Publicações sobre Movimentos Sociais nos CBAS e ENPESS (1995-2008)

Fonte: Dal Moro e Marques (2011, p.32)

[13] Em um levantamento realizado por Silva e Coutinho (2011) sobre os trabalhos apresentados nos ENPESS entre 2000 a 2010, há o indicativo de que dos 3.212 trabalhos aprovados, 233 (7,2%) trataram da temática de movimentos sociais e Serviço Social. Cf. SILVA, Pâmela Anelise e COUTINHO, Patrícia da Silva. Pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social: a contribuição dos ENPESS (2000-2010). Revista Libertas. UFJF. v.11, n.1, jan. jul./2011.

Para analisar as principais tendências do debate da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, Dal Moro e Marques (2011) estipulam três dimensões: teórica, político-organizativa e da prática profissional, chegando à seguinte constatação:

No aspecto teórico evidencia-se um afinamento do Serviço Social com determinados autores, incorporados de forma crescente por meio do debate dos novos movimentos sociais. No âmbito político-organizativo, fazem-se presentes dois significativos debates: a organização política geral da classe trabalhadora, sua crise e resistência frente à conjuntura atual, e a discussão das particularidades que envolvem a organização sindical dos assistentes sociais. E, por fim, a dimensão prático-profissional, menos presente nos trabalhos publicados, evidencia as experiências atuais de assessoria tanto nos espaços organizativos legítimos das classes subalternas como nos canais institucionais de participação popular (DAL MORO e MARQUES, 2011, p. 31).

No campo teórico, as publicações analisadas apontam para o crescimento do debate acerca dos “novos movimentos sociais” desde os anos 2000, por meio da incorporação de estudos sobre sujeitos coletivos e construção de identidades a partir da produção teórica vinculada especialmente ao pensamento de Castells, Touraine e Souza Santos.

Na mesma perspectiva das referências teóricas acima, também estão presentes nas produções dos assistentes sociais autores de grande reconhecimento no debate das ciências sociais, tais como: Bordieu (2001) e Melucci (1989). Dos autores brasileiros, os mais importantes são: Gohn (1997), Scherer Warren (1999), Jacobi (1998), Krischke (1990) e Boschi (1982) (DAL MORO e MARQUES, 2011, p. 37).

Constata-se uma ênfase nos modos de reivindicação vinculados à construção de novas formas de sociabilidade, organização, mobilização e identidades coletivas; e a valorização do plano do cotidiano e da realidade local como espaços privilegiados para a reivindicação política. Há ainda uma tendência a segmentar as lutas, dando ênfase a grupos sociais com demandas específicas e focais que se traduzem em reivindicações no plano dos direitos e das políticas sociais.

No âmbito político-organizativo, referente a 17,5% das produções, há uma pluralidade de organizações sindicais estudadas, a partir do debate dos efeitos da reestruturação produtiva e das metamorfoses no mundo do trabalho, associado ao refluxo dos movimentos sociais tradicionais e à chamada crise do *novo sindicalismo*. Em relação às particularidades que envolvem a organização sindical dos Assistentes Sociais, a maioria dos trabalhos faz referência ao processo de transitoriedade sindical inconclusa. Esse debate expressa cerca de ¼ das produções inseridas nesta dimensão.

As publicações que versam sobre a dimensão prático-profissional representam a menor expressão nos trabalhos analisados (6,1%), apontando para um possível deslocamento da atuação da categoria profissional junto ao âmbito organizativo da classe trabalhadora pela intervenção em prol da ampliação da legalidade institucional e dos espaços de controle social.

Das experiências existentes com movimentos sociais, chama-se atenção para a pluralidade de movimentos sociais pesquisados, destacando-se em maior proporção os debates sobre movimento sindical, agrário e urbano, mas observando-se também reflexões em torno dos movimentos negro, artístico-culturais, LGBT, feminista, partidos e a questão da assessoria aos movimentos sociais.

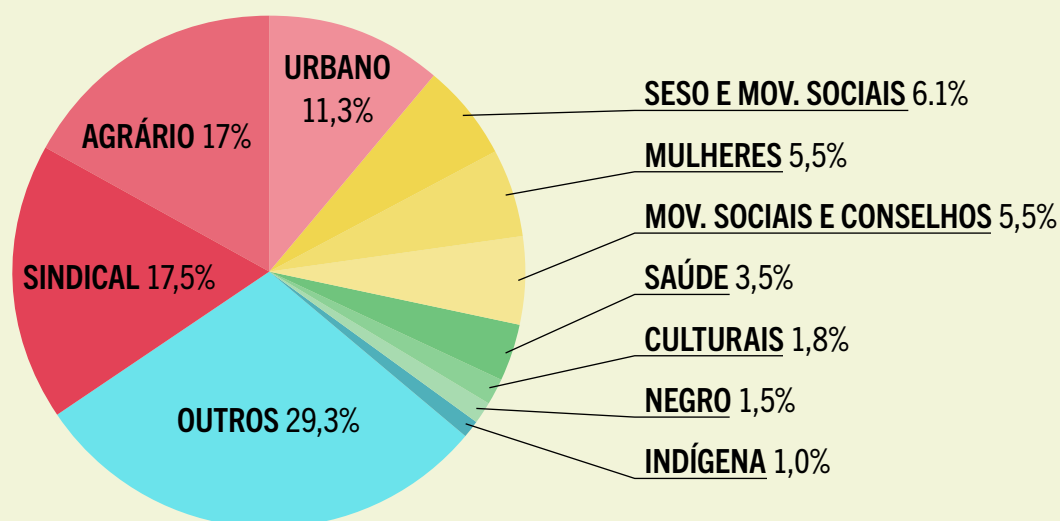


GRÁFICO 01

Movimentos sociais pesquisados pelos Assistentes Sociais

Fonte: Sistematização própria do GTP/2013

Um outro balanço de período similar, entre os anos de 1999 a 2008, foi encontrado em Ribeiro e Schuelter (2011). Embora observam-se diferenças entre números absolutos de trabalhos identificados, podemos apontar equivalência entre afirmações realizadas por Dal Moro e Marques (2011). A pesquisa quanti-qualitativa de caráter documental foi realizada via coleta de dados através dos documentos oficiais dos ENPESS e CBAS acontecidos no Brasil entre os anos de 1999 a 2008. Foram analisados os trabalhos publicados no X, XI e XII CBAS, bem como os publicados nos VII, VIII, IX, X e XI ENPESS.

Reafirma-se a baixa porcentagem de trabalhos em relação ao número de trabalhos aprovados nos eventos, correspondendo 2,35%; e a pouca produção vinculada à prática profissional junto aos movimentos:

Os trabalhos são majoritariamente produzidos no seio da academia (60%). Este dado cresce ainda mais quando analisamos o item “Outros”: verificamos que dos 66 trabalhos, 56 estão ligados a parcerias com Instituições de Ensino Superior. Apenas 10 trabalhos têm sua origem pautada exclusivamente na atitude investigativa que orienta o exercício profissional (RIBEIRO e SCHUELTER, 2011, p. 320).

Alguns gráficos auxiliam na identificação da origem e conteúdo dos trabalhos.

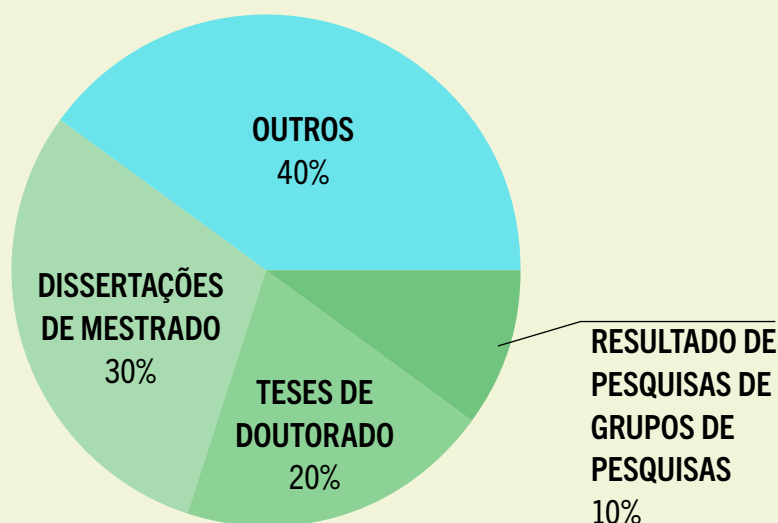


GRÁFICO 02

Origem dos trabalhos

Fonte: RIBEIRO e SCHUELTER, 2011.

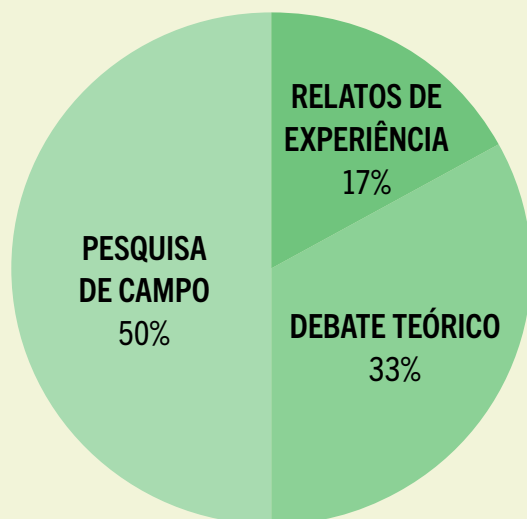


GRÁFICO 03

Conteúdo dos trabalhos

Fonte: RIBEIRO e SCHUELTER, 2011.

Ao analisar as temáticas tratadas nos trabalhos, se reafirma o dado identificado por Dal Moro e Marques (2011) que destaca o debate sobre os movimentos urbanos e suas lutas (31,3%) e uma pequena produção acerca da relação do serviço social com os movimentos sociais (13%) (RIBEIRO E SCHUELTER, 2011).

Em relação ao período de 2011 a 2015, encontramos no Relatório de Gestão do GTP 2015/2016, resultados preliminares de uma pesquisa em andamento desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE), da Universidade Federal Fluminense, coordenado pela professora Eblin Farage. Dados esses, analisados na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da ESS-UFF em 2021 (DIAS, 2021)¹⁴.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira, apresenta um levantamento quantitativo de trabalhos inscritos na modalidade de comunicação oral, nos eixos temáticos sobre movimentos e lutas sociais, nos principais eventos nacionais de referência para o Serviço Social, sendo selecionados quatro eventos: CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), ENPS (Encontro Nacional de Política Social) e JOINPP (Jornada Internacional de Políticas Públicas). Para a segunda etapa, de caráter qualitativo, foram analisados apenas os eventos CBAS e ENPESS. Vale destacar que a análise qualitativa identifica principais temáticas, movimentos pesquisados e eixo de análise.

[14] Um apontamento importante indicado por Dias (2021) para a definição do período da pesquisa é a dificuldade de acesso aos Anais dos eventos.

Analisando a totalidade de trabalhos nos quatro eventos, de 4954 aprovados, apenas 353 tratam de movimentos sociais, o que equivale a 7% (DIAS, 2021). Especificando os eventos aos que se refere nosso panorama, temos:

No XIII ENPESS de 2012, dos 1343 trabalhos aprovados apenas 52 (3,8%) estavam inscritos no eixo *movimentos sociais e Serviço Social*, confirmando-se a prevalência do debate teórico (78%) em detrimento da reflexão a partir de uma prática concreta (22%). Além de diversos movimentos sociais (61%), se observam trabalhos sobre movimento sindical e órgãos de representação de classe (14%); associação de trabalhadores e cooperativas (5%) (GTP 2015/2016)¹⁵.

No XIV CBAS de 2013, dos 1288 trabalhos aprovados apenas 48 (3,7%) estavam inscritos no eixo *movimentos, lutas sociais e organização da classe trabalhadora*. Desse total, 18 (34,61%) eram sobre movimentos sociais, sendo que uma proporção pequena de 5 (9,6%) reflete a partir de experiências concretas de movimentos sociais e extensão universitária em contraste com a reflexão teórica, com 13 (25%). Dentre alguns dos sujeitos pesquisados se apontam movimentos sociais diversos; movimento sindical e órgãos de representação de classe 10 (19,2); associações de trabalhadores 4 (7,7%); conselho de direito 1 (1,9%); e por fim, 15 trabalhos (28,8) tratavam do que denominamos de debates gerais, todos de natureza teórica.

No XIV ENPESS de 2014, dos 940 trabalhos aprovados apenas 69 (7,3%) estavam inscritos no eixo *movimentos sociais e Serviço Social*. Destes, 29 trabalhos referiam-se a movimentos sociais, onde ainda prevalece a reflexão teórica (66%) em detrimento de uma reflexão a partir da prática (34%), mas numa proporção menor que nos eventos anteriores aqui analisados. Além de diversos movimentos sociais (42%), se observam trabalhos sobre movimento sindical e órgãos de representação de classe (14%); associação de trabalhadores (6%) e conselho de direitos (6%).

A partir dos dados obtidos, em especial, ao que se refere ao quantitativo de trabalhos e aos eixos de análise relativos ao período 2011-2014, com trabalhos majoritariamente restritos a reflexões teóricas, a autora interroga, como hipótese, se a categoria profissional estaria afastada dos movimentos sociais.

[15] Apresentamos os dados contidos no Relatório da Gestão GTP 2015/2016 expostos pela Profa. Eblin Farage em Colóquio do GTP. Na dissertação de Dias (2021) encontraremos algumas diferenças em relação a números absolutos de trabalhos aprovados que irão incidir na porcentagem de trabalhos vinculados à temática, apesar de não corresponderem à distinção de análise dos dados. Encontramos em Dias (2021) a identificação: CBAS 2013 - 872 trabalhos aprovados, sendo 48 sobre a temática de movimentos sociais; ENPESS 2012 - 798 trabalhos aprovados, sendo 56 sobre movimentos sociais e no ENPESS 2014 - 940 aprovados, sendo 44 sobre movimentos sociais, dados que correspondem a 5,5%, 7% e 4,6% respectivamente. Em consulta à autora, a indicação da diferença dos números absolutos dos dois eventos é devido ao fato de que, para a elaboração da dissertação, terem sido contemplados e analisados apenas os artigos submetidos na modalidade de comunicação oral.

O XIV ENPESS realizado em 2014 também foi fonte de pesquisa de Guimarães e Marques (2019) que analisam as produções acerca da temática dos movimentos sociais nos Anais dos ENPESS dos anos de 2014 e 2016. O conteúdo do artigo compõe o Relatório de Gestão do GTP 2017/2018 e é recuperado no Relatório de 2019/2020, com o destaque para a edição da Revista Temporalis onde está inserido (número 38), que contemplou, a partir do tema “Serviço Social, Movimentos Sociais e as Lutas Sociais”, 07 (sete) artigos compondo a sessão temática com elaborações oriundas da pesquisa e da extensão, 06 (seis) artigos de tema livre e uma entrevista concedida pela professora Maria Beatriz Costa Abramides.

As publicações nos XIV e XV ENPESS totalizaram juntas 2.128 artigos, dos quais apenas 144 diziam respeito ao tema dos movimentos sociais, o que equivale a 6,7% (percentual muito próximo ao verificado em eventos anteriores). Dentre os movimentos pesquisados, o de maior expressão é o movimento social urbano (14% dos trabalhos inscritos), seguido de movimentos sociais a nível nacional/internacional (11,8%); movimento sindical (10,4%); movimento campestino, de mulheres e feminista e movimento popular de saúde (cada um equivale a 9% dos trabalhos); partidos políticos (5%); movimento LGBT (3%); movimento indígena e movimento negro e quilombola (2%); movimento ambiental (1,5%).

As autoras chamam a atenção para o que poderia ser identificado como uma “deflação do que antes seriam consideradas como as principais organizações políticas de pesquisa/interlocução profissional: o movimento sindical e o movimento campestino” (GUIMARAES e MARQUES, 2019, p.25). O destaque à temática dos movimentos sociais urbanos pode ser justificado pela conjuntura de um maior tensionamento entre a pauta dos trabalhadores pelo direito à cidade nos últimos 10 anos (2004-2014), as questões da reprodução (a exemplo da moradia e o transporte público), e o confronto aos interesses do grande capital expressos nos megaeventos, nas remoções, na especulação imobiliária, na privatização desenfreada e na intensa criminalização da pobreza; apresentando-se como “um dos espaços atuais de maior dinamismo da luta de classes” (p.29) no período. Dentre os movimentos sociais urbanos pesquisados, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é o mais recorrente entre os estudos e pesquisas da categoria.

Todavia, indicam que a ênfase no estudo dos movimentos sociais urbanos tem maior expressão no ENPESS de 2014, o que não é observado em anais anteriores ou na edição posterior. Identificam um reflexo das *Jornadas de Junho* de 2013 na produção teórica do Serviço Social, que assume uma principal tendência de estudos.

De modo geral, há um profícuo diálogo com este fenômeno, apresentado nos trabalhos como *uma mudança na conjuntura política da luta de classes brasileira e um marco por trazer as lutas urbanas à visibilidade*, dada a grande repercussão que tais atos e mobilizações tiveram no último período, inclusive pela quantidade e pluralidade de sujeitos envolvidos. (GUIMARAES e MARQUES, 2019, p. 30, grifos das autoras)

Ainda acerca da concentração temática nos dois eventos, as autoras nos chamam a atenção para sua correlação com a conjuntura política do país. Vejamos:

(...) enquanto neste primeiro ocorreu uma maior presença de trabalhos acerca da questão urbana, gênero e feminismo, bem como, uma leitura massiva no que tange ao contexto nacional e internacional a partir do profícuo diálogo com o fenômeno das jornadas de junho, nota-se a completa ausência de publicações [referentes] ao tema de partidos políticos. Em sentido distinto, no ano de 2016 os partidos políticos não apenas retornam como objeto de estudo e, com estes, o protagonismo, ainda que tímido, do movimento sindical e campesino, como as reflexões teóricas incorporam autores e debates clássicos, a exemplo dos temas da alienação, consciência de classe e intelectual orgânico e a atualidade do partido revolucionário e a contribuição política de Marx, Engels, Lênin e Gramsci para a luta de classes. (GUIMARAES e MARQUES, 2019, p. 26).

As autoras pontuam que, ao contrário da afirmação da pesquisa do NEFPE, apresentada anteriormente, que indica uma maior porcentagem de reflexão teórica genérica sem vínculos reais com os sujeitos, a análise dos trabalhos dos ENPESS 2014 e 2016 permitiria afirmar que há uma diminuição de trabalhos com esta abordagem mais abstrata.

Sobre o referencial teórico-metodológico, em relação aos movimentos sociais urbanos, são utilizados autores contemporâneos como David Harvey (2004; 2005), além da referência a intelectuais orgânicos brasileiros, a exemplo de Guilherme Boulos (2012) e Ermínia Maricato

(2003; 2006). Por outro lado, também se destaca o uso de autores clássicos sobre o tema de movimentos sociais urbanos, ainda que, de distinto referencial metodológico como Jean Lojkine (1997) e Castells (2000). Um importante destaque é a referência ao livro “Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária”, organizado pelas profas. Maria Lúcia Duriguetto e Maria Beatriz Costa Abramides e publicado em 2014, que é citado em todos os artigos sobre o tema, no ENPESS de 2016.

Ainda sobre dados, um indicativo que merece atenção refere-se aos trabalhos que tratam da relação profissional com os movimentos sociais, que apresenta uma porcentagem maior do que se vinha identificando em eventos anteriores, totalizando 17,5% dos trabalhos.

Por fim, ressaltamos as principais tendências do debate sobre movimentos sociais apontados por Guimarães e Marques (2019) a partir da análise dos trabalhos apresentados:

- O reconhecimento da importância da relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas;
- A hegemonia da tradição marxista na produção teórico-acadêmica com a indicação de uma perspectiva teórico-metodológica crítica e o uso bibliográfico de clássicos da tradição marxista;
- A extensão universitária como instrumento de articulação e atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais;
- A atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais a partir da compreensão dos movimentos sociais como espaço socio ocupacional e/ou elemento transversal aos demais processos de trabalho do assistente social.

As publicações na Revista Serviço Social e Sociedade

Para a elaboração do panorama do estado da arte da temática de Movimentos Sociais na Revista Serviço Social e Sociedade, contamos com os relatórios de gestão do GTP Serviço Social e Movimentos Sociais, sobretudo, dos anos 2013/2014 (2014); artigo publicado na Revista Temporalis pela gestão do GTP - Abramides *et al* (2013); assim como também identificamos 2 (duas) pesquisas sistematizadas em 2 (dois) artigos: Duriguetto e Baldi (2012) e Duriguetto e Bazarello (2015).

O conjunto das produções trazem dados quantitativos e apontamentos analíticos dos períodos 1979 a 2013. Não identificamos levantamentos relativos à temática de Movimentos Sociais em outras revistas de relevância regional ou nacional que se tornaram espaço significativo de divulgação de pesquisas vinculadas, sobretudo, aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, assim como também a necessidade de atualizar a pesquisa em torno da produção da última década (década que, inclusive, como indicamos, aponta uma nova retomada do interesse da produção sobre a relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas).

Segundo o Relatório do GTP 2013-2014 (p. 10), a produção dos artigos na Revista Serviço Social e Sociedade que abordam os movimentos sociais ou a relação do Serviço Social com os processos de organização e mobilização popular foi de 6,6% do total da produção nos anos 1979/1989; 5,5% nos anos 1989/1999 e 2% nos anos 2000/2013, observando-se uma tendência decrescente (do primeiro para o segundo período aqui delineado) que parece apontar uma diminuição preocupante da reflexão profissional acerca da temática.

Os resultados da pesquisa divulgados no artigo de Duriguetto e Bazarelo (2015, p. 143) identifica 5 eixos de análise em que se distribuem os artigos produzidos no período de 1979-2013: 1) movimentos sociais: emergência, relação com o Estado e a questão da assessoria (31%); 2) classe trabalhadora, movimento sindical e organização política do Serviço Social (23%); 3) conselhos de direito, fóruns temáticos e movimentos sociais (34%); 4) sociedade civil e o debate do “terceiro setor” (4%); 5) intervenção profissional do Serviço Social nos movimentos e organizações populares (4%). Em diálogo com estas pesquisas, propomos compreender as principais tendências destes períodos.

Durante os anos ‘80 e início da década de 90’, a Revista Serviço Social e Sociedade é, sem dúvida, palco central para retratar a produção relativa ao tema movimentos sociais. A pesquisa realizada por Duriguetto e Baldi (2012) oferece um balanço interpretativo e analítico do debate desenvolvido pelo Serviço Social acerca dos movimentos sociais e as perspectivas de intervenção profissional apresentadas junto aos processos de mobilização e organização popular, identificando no período compreendido entre ‘79 a 96’, um total de 49 artigos.

O estudo problematiza questões como a emergência, a composição e o projeto societário dos movimentos sociais; sua relação com o Estado, os agentes externos e as práticas de assessoria; os referenciais teóricos para a conceituação dos movimentos sociais; e reflexões acerca da intervenção profissional nos movimentos.

[...] podemos perceber que os artigos publicados entre 1979 e a primeira metade dos anos 1990, tematizaram aspectos concernentes aos processos de emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais presentes na cena pública nacional neste período. Assume destaque as caracterizações dos seus aspectos constitutivos - sujeitos que os compõem; relação com o Estado, partidos e projetos societários perspectivados (DURIGUETTO e BAZARELLO, 2015, p. 143).

O balanço realizado por Duriguetto e Baldi (2012) deste primeiro período aponta que a produção expressa os termos do debate que se desenvolvia acerca dos movimentos sociais no campo das Ciências Sociais. Destacam alguns eixos desse debate:

- A relação entre produção e reprodução da vida social e as formas de organização e de lutas existentes nessas esferas (movimento operário e movimentos sociais específicos), em cujas análises ora acentuam a necessária relação e articulação das instâncias organizativas e das lutas, ora tendem a descrever suas especificidades, sobretudo, dos movimentos que se manifestam no âmbito da reprodução social e do consumo coletivo de bens e políticas sociais.
- A relação do Estado com os movimentos sociais, que polarizou o debate entre interpretações que assinalam o caráter de conflito dos movimentos com o aparato estatal e as que valorizam a perspectiva da negociação e da institucionalização das reivindicações e as lutas por direitos. É importante lembrar que muitos desses debates são expressão do processo de democratização, assim como da conquista de governos progressistas capitaneados pelo PT, portanto retratam reflexões que problematizam as relações de cooptação, de burocratização dos movimentos sociais, mas também a necessidade de politizar a relação com o Estado, de tensionar a correlação de forças, valorizando estes sujeitos na gestão popular e na construção de poder popular. As análises também mencionam as ONGs, ora

apontadas como espaços representativos dos movimentos sociais ou novos canais institucionais de participação, ora como parte das estratégias neoliberais de desresponsabilização estatal com as políticas sociais. Nessa direção:

[...] os Conselhos seriam a materialização do poder local como um novo tipo de poder, para cujo fortalecimento os movimentos sociais seriam elementos fundamentais, pois, através de conquistas parciais, poderiam acumular posições de poder essenciais para a construção de uma nova estrutura estatal, articulando a democracia representativa e a direta (DURIGUETTO e BALDI, 2012, s/p).

- O caráter autônomo e espontâneo do surgimento dos movimentos sociais ou o destaque de assessores e agentes externos na sua dinâmica formativa, cuja questão central é a valorização das lutas específicas ou a prospectiva de articulação das organizações e movimentos por instâncias políticas universalistas, como o partido político. No contexto da década de 1970, algumas análises abordam as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais e a Teologia da Libertação, explicitando a dimensão educativa da assessoria junto aos setores populares (cf. também DURIGUETTO e BAZARELLO, 2015, p. 137).

Sobre as referências teóricas, os autores identificam uma tendência à valoração do potencial transformador dos movimentos sociais, que são percebidos como sujeitos ou organizações destacadas do processo de transformação social. A emergência dos movimentos sociais na realidade brasileira é situada, pela maioria dos artigos, a partir da década de 1970, no contexto das lutas contrárias ao modelo de desenvolvimento econômico e pautados pela defesa de direitos políticos e a luta pelo acesso a bens de consumo coletivo. Para outros autores, a referência é a trajetória organizativa da classe operária desde os primeiros anos do século XX, considerada a matriz das diversas formas de ação coletiva no meio urbano que propiciaram o desenvolvimento dos movimentos sociais. Os movimentos derivariam de contradições específicas que não poderiam ser reduzidos às relações de classe, devido ao fato de serem expressão de setores populares que não necessariamente se definem a partir de uma inserção direta no processo produtivo - mesmo que se articulem às relações de produção -, representando significativas lutas contra diversas formas de exploração e dominação (DURIGUETTO e BAZARELLO, 2015, p. 136).

As bases teóricas das análises explicitadas nos artigos centram-se, basicamente, em autores como Lojkin e Castells - os movimentos sociais são apreendidos como expressão das formas de manifestação da luta de classe que incidem sobre bens relativos aos salários indiretos ou de consumo coletivo, importantes para a reprodução da força de trabalho -; Touraine e Evers - que destacam um potencial transformador destes movimentos que estaria no plano sociocultural - e Gramsci - estas produções refletem sobre o surgimento de novos sujeitos à luz do alargamento do campo da ação política, a partir de categorias como hegemonia, guerra de posição e intelectual orgânico. Dos 49 artigos pesquisados, 07 pertencem à Maria da Glória Gohn que, nas décadas subsequentes (nos referimos aos anos '90 e 2000) se tornaria a principal referência utilizada pela profissão para a compreensão das lutas sociais, retratando um certo ecletismo e um tom bastante fenomênico e descritivo.

O debate sobre a intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular (ainda que em poucos artigos) é abordado por um conjunto de eixos que refletem o tom característico daquele primeiro período descrito páginas atrás, herdeiro do processo de ruptura provocado pela Reconceituação e subsequente renovação crítica do Serviço Social: investigação-ação; educação popular; assessoria aos movimentos sociais; e a função de intelectual orgânico do assistente social (seja como “organizador”, “dirigente” ou “técnico”). Há produções que problematizam uma compreensão “militantista” do Serviço Social, no sentido de que deve clarificar a natureza de sua colaboração profissional, relacionada a um projeto profissional que se põe a “serviço” de um projeto político de classe (e não na sua direção); ao mesmo tempo, há produções nas quais os assistentes sociais aparecem como “agentes” de educação popular. Na compreensão dos autores:

[...] a incorporação direta da Educação Popular e da categoria de intelectual orgânico pelo Serviço Social tende a dificultar o estabelecimento da distinção entre a prática profissional e a militância. Esta dificuldade revela a insuficiência do conhecimento das mediações particulares que se fazem presentes no vínculo profissional com os movimentos sociais nos artigos analisados (DURIGUETTO e BALDI, 2012, s/p).

De acordo com as tendências já apontadas, a produção característica do período que vai da segunda metade da década de 1990 até 2013, deve ser diferenciada do período anterior (produção compreendida entre '79-'96) por uma maior prevalência analítica do tratamento dos espaços institucionais de participação, sobretudo os conselhos de direitos, tematizando-os nas suas positivities, limites e desafios (Relatório do GTP 2013-2014, p. 10).

No período '94-2013, foram identificados 64 artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, distribuídos nos seguintes eixos: espaços institucionais e participação (com ênfases diferenciadas, somam um total de 18 artigos); a organização política da categoria e sua relação com as lutas e organizações dos trabalhadores (11 artigos); terceiro setor (9 artigos); debates teóricos: formas de luta e natureza dos movimentos e das ações (6 artigos), dentre outros (ABRAMIDES *et al*, 2013, p. 196).

O tom que prevalece na análise das lutas e movimentos sociais tem como referência as transformações do mundo do trabalho e as políticas de ajuste neoliberais, destacando seus impactos nas relações de trabalho e na organização sindical. Observam-se análises do chamado “novo sindicalismo”; críticas à postura de apaziguamento de muitos desses sujeitos nos anos 2000, assim como se afirma a necessidade do retorno a um sindicalismo combativo, que defenda os reais interesses da classe trabalhadora. Esta é inclusive a referência principal para a reconstrução histórica da relação do Serviço Social com as lutas sindicais, onde o contexto de rearticulação dos movimentos e do “novo sindicalismo”, característico de finais dos anos 1970, são analisados como impulsionadores dos assistentes sociais a se organizarem dentro dos sindicatos - tematizando o Congresso da Virada, o Projeto Ético-Político Profissional, a transição inconclusa para os sindicatos por ramo de atividade, a luta das entidades pelas 30 horas semanais (DURIGUETTO e BAZARELLO, 2015).

Segundo estes autores, a maioria das análises aborda os conselhos como uma conquista dos movimentos sociais, entretanto, observam-se leituras nas quais:

[...] parte-se da contextualização da agenda de contrarreformas do Estado e seus impactos regressivos na constituição das políticas sociais e, não obstante a positividade da novidade conselhistas, são problematizadas questões relativas à centralização do poder no

executivo e sua capacidade para neutralizar, impedir e desarticular a ação dos conselhos; diluição dos conflitos e dos enfrentamentos; sua natureza setorial e fragmentada; tendência à burocratização dos processos participativos; decisões tomadas sob o crivo corporativista; sonegação de informações relativas ao orçamento, dentre outros. E, como proposições, destacam-se a necessidade de uma maior articulação entre os conselhos e maior participação dos movimentos sociais e entidades que representem os interesses populares; maior controle dos representados sobre os conselheiros; formação e qualificação dos conselheiros e publicização de suas ações (idem, p. 139).

Por sua vez, a partir do contexto da privatização da política de saúde, no campo dos espaços extrainstitucionais, aborda-se o surgimento de novos mecanismos de controle democrático como os fóruns de saúde e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCP)

A modo de balanço deste segundo momento, os autores afirmam:

Nos artigos analisados no pós-segunda metade dos anos 1990, verificamos, ao contrário das análises da década de 1980, uma exígua tematização das diferentes abordagens teóricas dos movimentos e lutas sociais. A prevalência analítica é a do tratamento dos espaços institucionais de participação, sobretudo os conselhos de direitos [...] As tematizações são feitas no contexto de análises que apontam os processos de contrarreformas neoliberais no campo social e seus impactos negativos para a criação de políticas sociais universais e de qualidade, objetivo que orientaria a criação dos espaços conselhistas [...] O que nos chama a atenção é o desenvolvimento reduzido de análises acerca dos espaços extrainstitucionais das lutas e movimentos sociais. As análises que aqui se atêm se concentram no movimento sindical, especialmente nos contornos governistas assumidos pela ação sindical nos governos petistas, sendo apenas dois movimentos sociais nacionais tematizados (idem, p. 144/145).

Segundo esta análise, o debate em torno do chamado “terceiro setor”, flutua entre leituras que destacam tanto a novidade positiva deste “suposto” espaço de ação “não estatal” e outras que o relacionam com as estratégias neoliberais de transferência de responsabilidades estatais com a prestação de políticas e serviços sociais. Os autores destacam a

adoção, em dois artigos, de referenciais conceituais antagônicos para a análise dos movimentos sociais: um marxista, que enfatiza a centralidade da classe e das lutas de classe e um pós-moderno, que adota as teorias culturalistas e identitárias. Por sua vez, a centralidade da análise no espaço institucional das políticas sociais redundava numa secundarização do conhecimento das formas de organização, das ações coletivas, das demandas e das lutas, para além das suas possíveis expressões nos espaços institucionais.

Ao tratar do Serviço Social, na sua relação com os processos organizativos dos trabalhadores, prevalece o debate dos momentos de criação e ruptura com suas organizações sindicais profissionais, bem como a centralidade das organizações da categoria na construção e consolidação do projeto ético-político profissional. Não se observa, neste período, nenhuma análise que aborde especificamente a relação do Serviço Social com os movimentos e organizações das classes subalternas, ou que trate da intervenção profissional nesses espaços. Segundo estes autores, há um único artigo que faz menção à intervenção profissional, a partir dos espaços conselhistas. Por sua vez, observa-se, da mesma forma que nos artigos da década de 1980, a compreensão da relação da profissão com os processos de mobilização e organização popular pela via da adoção da “metodologia” da educação popular; debate que mereceria ser melhor trabalhado na perspectiva de Duriguetto e Bazarello (2015).

No que diz respeito à produção retratada na Revista Serviço Social e Sociedade relativa ao tema lutas e movimentos sociais no período compreendido entre meados da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000, as pesquisas mencionadas identificam uma prevalência da análise centrada nos espaços e efeitos institucionais das articulações e ações de luta de outrora, em detrimento de reflexões sobre os sujeitos coletivos, seus processos de resistência, suas reivindicações. Como expressão das longas décadas neoliberais e do caráter defensivo das lutas subalternas, o debate profissional parece ter se refugiado na reconstrução histórica das suas próprias conquistas - um legado de ruptura sindical, dentre outras expressões importantes do projeto ético-político -, constatando-se uma ausência preocupante de análises sobre experiências concretas de intervenção profissional. Nos poucos casos em que esta aparece, de forma bastante abstrata, a reflexão em torno à

intervenção profissional se dá pela via privilegiada da educação popular. Interessante apontar que a produção da década posterior - ainda não trabalhada por este GTP - enfrentaria algumas destas lacunas.

Algumas lacunas identificadas no estado da arte

A partir da sistematização desenvolvida, indicamos lacunas e apontamentos no que diz respeito a Eventos e Revistas, que venham subsidiar debates, novos levantamentos e pesquisas no âmbito do GTP.

No que tange aos ENPESS e CBAS, há ausência de levantamentos acerca de produções vinculadas à temática de Movimentos Sociais em 02 (duas) edições do ENPESS (XII e XVI) nos anos de 2010 e 2018, e 02 (duas) edições do CBAS (XV, XVI) realizados nos anos de 2016 e 2019. Ainda deverão ser acrescentados os levantamentos das produções do XVII CBAS e XVII ENPESS, realizados no ano de 2022. Em relação ao ENPESS de 2012 e ao CBAS de 2013, prevalecem levantamentos quantitativos ou descritivos, observando-se uma ausência da análise de tendências teóricas. Como já observado, nas produções apresentadas nos eventos, há uma tendência maior de análises teóricas e abstratas em detrimento de experiências profissionais junto aos movimentos.

Outro apontamento importante é que todos os levantamentos apresentados são exclusivos de produções inscritas no eixo Serviço Social e Movimentos Sociais, não prevendo cruzamentos com dados de outros GTP que também aglutinam reflexões em torno de lutas sociais, como por exemplo, o GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social ou o GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.

Apontamos ainda a necessidade de levantamentos de produções vinculadas à temática em outros eventos que vão ganhando visibilidade junto à categoria profissional, como o Encontro Nacional de Política Social (ENPS) da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

No que tange às revistas, identificamos apenas levantamentos em torno da Revista Serviço Social e Sociedade, sem incluir outras revistas de importância regional ou nacional, relacionadas sobretudo aos programas de pós-graduação. Por sua vez, constatamos ausência de pesquisas que retratem a última década - os estudos chegam até 2012.

Em relação a reflexões sobre a intervenção profissional ou experiências concretas de trabalho junto a Movimentos Sociais, identificamos uma produção quantitativamente insignificante no período de meados de 1990 à primeira metade da década de 2000; e, quando feita, tem sido abordada pela via da educação popular, de forma abstrata e sem um tratamento profundo das diferentes tendências teóricas. Contudo, esta lacuna parece vir sendo enfrentada, sobretudo, com produções recentes que se multiplicaram com o centenário de Paulo Freire e que merece estudos futuros, a exemplo de Monteiro (2018); Farage e Helfeich (2020); Scheffer, Closs e Zacarias (2021) e Marro, Vasconcelos e Santos (2021).



Lutas e Movimentos Sociais na Formação profissional: Graduação e pós-graduação

Como já abordado anteriormente, o que se constata a partir dos anos 1990 é um afastamento do Serviço Social em relação aos movimentos sociais, tanto em termos de atuação profissional, quanto de produção teórica. Evidentemente, isso não ocorre sem contradições, pois é também nessa década que se consolida o projeto ético-político da profissão, afirmando-se comprometido com as lutas da classe trabalhadora.

Atentando para os impactos dessa curva descendente e, ainda, diante da realidade de poucos estudos que estabeleçam a relação entre movimentos sociais e Serviço Social na formação profissional, temos por objetivo, nesse item, caracterizar as pesquisas, que conseguimos identificar até o momento, especificamente, sobre a temática dos movimentos sociais na formação da graduação e da pós-graduação da área, tendo como base as Diretrizes Curriculares de 1996, construídas pela ABEPSS.



Caracterização das pesquisas sobre a relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social na graduação e pós-graduação

O objetivo comum dessas pesquisas consistiu no esforço em apreender o debate sobre Movimentos Sociais e Serviço Social na formação profissional. Assim, a intencionalidade é que os elementos elencados nessa sistematização possam contribuir com os propósitos do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social que estão vinculados à perspectiva de formação profissional assentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. É fato que essa relação é necessária e deve ser uma tarefa para a categoria profissional, sendo a formação profissional um locus privilegiado.

Foram identificadas 04 (quatro) pesquisas acerca da temática da relação movimentos sociais, o serviço social e as diretrizes curriculares¹⁶ que realizaram análises dos projetos pedagógicos dos cursos e componentes curriculares de cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

[16] Sendo: 1 tese de doutorado, 1 pesquisa de pós-doutorado e 1 dissertação de mestrado: GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos Sociais e Fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional. Orientadora: Fátima Grave Ortiz. 2022. 286 f. Tese (Doutorado) – Curso: Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2022. MARCONSIN, Cleier. Serviço Social e Movimentos Sociais: debatendo articulações no âmbito da formação profissional. In: Revista Temporalis, n. 40. Brasília: ABEPSS, 2020. DIAS, Sabrina dos Santos. Desenvolvimento Capitalista, Serviço Social e Movimentos Sociais: desafios à formação profissional. Orientadora: Eblin Joseph Farage. 2021. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Curso: Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2021.

Das 04 (quatro) pesquisas elencadas, apenas uma apresenta como foco de estudo a pós-graduação¹⁷, confirmando lamamoto (2015) de que se trata de um cenário preocupante, pois os dados acerca dos Programas de Pós-graduação da CAPES/MEC de 2004 evidenciaram que das 55 linhas de pesquisa ativa da área, apenas 07 (sete) se relacionavam à temática dos movimentos sociais.

Como forma de se aproximar das reflexões desenvolvidas, a coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social realizou dois encontros com as pesquisadoras e o GTP Ampliado, ocorridos entre maio e junho de 2022, através da plataforma *google meet* vinculada à ABEPSS. O diálogo acerca das pesquisas trouxe aspectos da relação Movimentos Sociais e Serviço Social na formação profissional, levando em consideração que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS aprovada em 1996 tem por princípios a teoria social crítica, com apreensão da categoria totalidade social, a flexibilidade na organização dos currículos, a superação da fragmentação dos conteúdos e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Identificamos que as pesquisas aqui caracterizadas fazem alusão e defesa a esses princípios e se ativeram a analisar a relação entre movimentos sociais e serviço social, levando em consideração que a formação profissional não é mera apreensão de disciplinas, mas de um processo indissociável entre ensino, pesquisa, extensão e estágio e demais componentes curriculares, bem como alinhado a um projeto profissional capaz de se articular aos projetos sociais das classes subalternas, como bem elucida lamamoto (1992, p. 162):

A formação profissional aqui referida não se reduz a oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao assistente social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho. Se este é um elemento presente no processo de formação, ele o extrapola: trata-se de preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Refere-se a um projeto profissional com uma direção social definida, capaz de articular-se teórica e praticamente aos projetos sociais das classes subalternas em suas relações com as forças atualmente dominantes.

[17] Em relação à pesquisa na pós-graduação estamos em fase de sistematização, pois carecem de maiores aprofundamentos. Ver dissertação de Ana Carolina Cândida da Silva intitulada Produção do Conhecimento sobre Movimentos Sociais nos Programas de Pós-graduação Strictu Sensu em Serviço Social. Artigo DURIGUETO, M. L. Produção de conhecimento dos cursos de Pós-graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

Nesse sentido, se faz necessário que as linhas de pesquisa da pós-graduação estabeleçam aproximações com os movimentos sociais, tanto na dimensão teórica, quanto prática na perspectiva de fortalecer intervenções profissionais vinculadas às lutas e resistências da classe trabalhadora, pois a formação profissional – ensino, pesquisa, extensão e estágio, contemplando graduação e pós-graduação em diferentes realidades regionais – tem essa potencialidade, e é necessário reivindicar e construir coletivamente esses processos.

Considerando as particularidades regionais em que as pesquisas estão inseridas, optamos, inicialmente por caracterizá-las, levando em consideração os diferentes caminhos metodológicos percorridos, a delimitação do universo de pesquisa, bem como, diferentes níveis de aproximação e aprofundamento do estudo sobre a temática. *As pesquisas caracterizadas a seguir estão relacionadas apenas àquelas realizadas no âmbito da graduação.*

A pesquisa de pós-doutorado realizada por Marconsin (2020) teve como espaço territorial, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, dois estados brasileiros em que se deu a gênese do Serviço Social, incluindo a formação, com as primeiras Unidades de Ensino e no que se refere à inserção do ensino de graduação e de pós-graduação são referências. Os cursos foram escolhidos, considerando a fonte de financiamento; o período socio-histórico de implantação (o que incluiu o REUNI)¹⁸; presencial e a distância, ficando a Amostra Intencional composta por duas universidades estaduais, três federais¹⁹, duas universidades denominadas comunitárias (confessionais)²⁰, duas unidades de ensino privadas presenciais, duas unidades de ensino privadas à distância, constituindo um total de onze (11) Unidades de Ensino²¹.

O estudo das disciplinas nas Unidades de Ensino da Amostra Intencional buscou identificar se havia conexão das que estavam sendo executadas com a direção social contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no que se refere às articulações com os movimentos sociais. Tendo como foco as disciplinas que envolviam a temática dos movimentos sociais, seja com essa denominação explícita, ou como sujeitos políticos, organização das classes subalternas, e outras, ainda, a coleta voltou-se aos dados relativos à ementa, objetivos e referências bibliográficas.

[18] A decisão pelo Programa de Apoio a Planos de Recuperação e Expansão das Universidades Brasileiras (Reuni) como marco temporal possibilitou realizar a pesquisa em um curso de Serviço Social em universidade federal, no estado de São Paulo, também, e não apenas no Rio de Janeiro. Até a criação do REUNI, o Estado de São Paulo não tinha Unidade de Ensino em Serviço Social pública federal.

[19] Totalizaram três federais porque a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), no Rio de Janeiro, com o REUNI, criou o Curso de Serviço Social. Assim, incluímos uma Unidade de Serviço Social advinda do REUNI do Estado de São Paulo e uma do Estado do Rio de Janeiro.

[20] O artigo 213 da Carta Constitucional de 1988 aprovou a existência de universidades comunitárias, sejam confessionais ou filantrópicas, com previsão de destinação de verbas públicas a elas. M. Bittar. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. In <http://www.anped11.uerj.br/23/1108t.htm> Acesso em abril de 2019.

[21] A Amostra Intencional teve a seguinte composição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade do Estado de São Paulo (UNESP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Estado de São Paulo – Campus Baixada Santista (UNIFESP); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Universidade Castelo Branco (UCB) - presencial; Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) - presencial; Universidade Estácio de Sá (UNESA) a distância; Universidade Paulista (UNIP) – a distância.

Foi identificado um total de 53 disciplinas. Dessas, 35 são ofertadas em 05 universidades públicas (estaduais e federais), constituindo um percentual que se situa em torno de 66%. Em 02 (duas) Unidades de Ensino comunitárias observam-se 09 disciplinas, número também significativo, considerando que são duas, enquanto nas 04 (quatro) Unidades de Ensino privadas – presenciais e à distância - observa-se a inserção de 09 disciplinas. As Unidades privadas, tanto presenciais quanto à distância, então, apresentam um volume pequeno de disciplinas em comparação com os demais tipos de Unidades. As disciplinas sobre os movimentos sociais aparecem nas Unidades de três maneiras: a) Disciplinas que abordam os movimentos sociais em geral; b) Disciplinas que tratam dos movimentos sociais especificamente relativos aos direitos no âmbito da produção (direitos do trabalho), direitos no âmbito da reprodução social (direitos à alimentação, moradia, direito à cidade, à terra, à mobilidade, à saúde coletiva, à saúde mental, direitos humanos e outros afetos à reprodução da vida humana), defesa do meio ambiente e direitos identitários; c) Disciplinas que tratam dos movimentos sociais em relação ao Serviço Social.

Outras investigações são desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE)²², da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado por Eblin Farage²³. Optamos por aglutinar essas reflexões em torno dos projetos de pesquisa e extensão que foram realizados pelo NEPFE e, que segundo relatórios e produções teóricas foram desenvolvidos entre os anos de 2014 e 2020. Um aspecto relevante dessas produções é que elas se deram, particularmente, a partir da extensão universitária em indissociabilidade com a pesquisa e o ensino de graduação e pós-graduação, aspecto relevante, levando em consideração a posição subalternizada da extensão em relação à pesquisa nas universidades públicas brasileiras.

Destacamos, dentre essas produções, a dissertação de mestrado intitulada “Desenvolvimento Capitalista, Serviço Social e Movimentos Sociais: desafios à formação profissional”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social da UFF, realizada por Dias (2021). A dissertação se direcionou para análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades públicas vinculadas à ABEPSS²⁴.

[22] O NEPFE foi criado em 2009, vinculado a organização não governamental Redes de Desenvolvimento da Maré, situada na favela de Nova Holanda no complexo de favelas da Maré/RJ. Em 2012 foi vinculado à Escola de Serviço Social da UFF, constituindo-se como um grupo de pesquisa na área da questão urbana e movimentos sociais.

[23] Para ter acesso aos dados das pesquisas desenvolvidas foram analisados dissertação, relatório de Programa de Iniciação Científica e produções teóricas vinculadas ao NEPFE.

[24] Cabe fazer um destaque acerca das dificuldades para ter acesso aos Projetos Pedagógicos dos cursos.

A pesquisa teve como parâmetro:

os Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social materializam a direção ideológico-política que irá nortear a formação profissional, a partir do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a pesquisa realizou uma análise nos processos formativos dos assistentes sociais. Buscou-se, nesta via, compreender os avanços e as lacunas da formação profissional no que tange a vinculação com a temática e articulação com os movimentos sociais, que representam um caminho para o fortalecimento do PEP (DIAS, 2021, p. 160).

Os resultados apontados pela pesquisa evidenciaram, nas análises da autora, que a categoria profissional está apartada dos movimentos sociais, que a discussão teórica está defasada e a temática dos movimentos sociais não é recorrente na formação profissional e, sobretudo, “que a formação, apesar da direção hegemonicamente crítica e progressista, proporciona baixa aproximação dos discentes de Serviço Social com o debate de movimentos sociais e experiências nestes espaços” (DIAS, 2021, p. 140-1).

Por fim, a tese de doutorado intitulada “Movimentos sociais e fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ e realizada por Guimarães (2022) centrou-se na investigação acerca da formação profissional em cursos de Serviço Social da Região Nordeste. A pesquisa aponta que a Região Nordeste juntamente com a Regional Leste da ABEPSS (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) concentram significativamente pesquisas sobre a temática relacionada aos movimentos sociais, conforme apontou o relatório-síntese do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social (2013-2014), publicado na Revista Temporalis n. 26, jul/dez. 2013.

Outro aspecto observado, que é uma preocupação compartilhada também pelas pesquisas anteriores, é o fato de que a Região Nordeste tem sido expressiva no processo de expansão dos cursos de graduação em Serviço Social sob a perspectiva da mercantilização, de orientação explicitamente neoliberal, em particular do ensino superior privado e à distância, o que configura tensa relação entre as propostas de formação profissional coletivamente construída pelo conjunto da categoria e as

tendências de aligeiramento e precarização do ensino superior. Por considerar que o ensino à distância é incompatível com a graduação em Serviço Social, a pesquisa se centrou em 27 (vinte e sete) projetos pedagógicos de cursos presenciais, o equivalente a 30% do universo de análise. Destes projetos pedagógicos, contabilizam-se 17 (22,97%) do total de cursos privados da região e 11 (68,75%) do total de cursos públicos²⁵. Assim, destaca-se que:

Dentre as 27 (vinte e sete) Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) pesquisadas, 13 (treze) são Universidades, 09 (nove) faculdades isoladas, 02 (duas) Faculdades Integradas, 02 (dois) Centros Universitários e 01 (um) Instituto Federal (IF). Temos assim um quadro em que 13 (treze) das Unidades de Formação Acadêmica pesquisadas são instituições não universitárias e, portanto, com a possibilidade de desenvolverem uma organização acadêmica voltada exclusivamente para o ensino na medida em que são desobrigadas das atividades de pesquisa e extensão. Ademais, 11 (onze) são instituições públicas e 16 (dezesesseis) são de natureza jurídica privada, dado que mais uma vez nos lembra o quanto a educação tem se constituído como fonte de lucratividade para o empresariado do setor, agregando inclusive muitos investimentos internacionais.

Por se tratar de uma pesquisa de doutorado, podemos encontrar uma densa caracterização das UFAs pesquisadas, que infere a um debate acerca dos processos de interiorização do ensino superior público pela via do REUNI. Assim, a amostra incorporou 18 (dezoito) cursos localizados em capitais e 09 (nove) no interior, característica oriunda da recente chegada – do ponto de vista histórico - de cursos públicos de ensino superior no interior do país, especialmente em muitas localidades onde eram até então inexistentes ou exclusivamente pertencentes à rede privada de ensino. Aspecto que, obviamente, nos remete a uma análise de profundas contradições, sobretudo, mediante o processo de contrarreforma do ensino superior, como parte das transformações deletérias para a classe trabalhadora, engendradas pelo neoliberalismo.

Embora essa realidade determine em muitos aspectos as possibilidades e expectativas sobre o ensino superior, em particular uma formação que deve propiciar a relação com os movimentos sociais, não é um ponto a que nos deteremos aqui. Por ora, nossas sistematizações se centrarão em aspectos da relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social, apontando para os avanços, as lacunas, as dificuldades e, sobretudo, sobre as possibilidades. Elementos que traremos no próximo item.

[25] Segundo Guimarães (2022, p.33) “dado o tamanho do universo de análise em questão (90 unidades de formação que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial, sendo 16 cursos públicos e 74 cursos privados), priorizamos como amostra de estudo as UFA, cujos projetos pedagógicos nos fosse possível o acesso integral. Procuramos, assim, identificar, no site institucional das referidas UFA, os seus projetos pedagógicos de curso. Constatamos que das 90 (noventa) UFA presenciais que conformam nosso universo de análise, apenas 24 (vinte e quatro) disponibilizavam seus projetos online na versão completa; 45 (quarenta e cinco) apresentavam apenas a grade curricular e 21 (vinte e um) apenas o conteúdo de divulgação do curso de Serviço Social, ambos por vezes denominadas pelas UFA como versões resumidas dos projetos pedagógicos, mas que careciam de muitas informações importantes para a nossa análise. A partir deste primeiro mapeamento, estabelecemos contato eletrônico com todas as UFA, cujos projetos não estavam acessíveis em suas páginas da internet ou estavam disponibilizados apenas parcialmente, apresentando a pesquisa e solicitando o envio dos respectivos projetos políticos pedagógicos por e-mail. Nesse caso, obtivemos o retorno de 05 (cinco) unidades, porém, duas delas embora tenham atendido à nossa solicitação apenas o fizeram tardiamente, quando já não nos foi possível incluí-los em nossa amostra”.



A relação Movimentos Sociais e Serviço Social nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação

Nesse subitem, o objetivo é abordar os debates suscitados pelas pesquisas caracterizadas acima, nos detendo em aspectos da relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social com foco na graduação, pois não identificamos estudos que aprofundem essa relação na pós-graduação. Algumas observações metodológicas são importantes, considerando a diversidade nas pesquisas analisadas, no que se refere à delimitação do objeto, objetivos e diferentes níveis de aprofundamento acerca da temática, optamos por apresentar algumas similaridades no debate em relação aos avanços, lacunas e dificuldades apontadas acerca da relação entre movimentos sociais e serviço social na graduação.

Para tanto, elencamos três pontos que parecem comuns nas preocupações apresentadas, com a ressalva que a finalidade é apenas didática, pois são aspectos inseparáveis neste debate, a saber: a) como as disciplinas da temática dos movimentos sociais comparecem nos PPCs; b) como se dá a transversalidade dos componentes curriculares com o debate dos movimentos sociais e serviço social; c) como a relação entre movimentos sociais e profissão aparece pela via do trabalho profissional.

É possível evidenciar que a temática dos movimentos sociais, sob a forma de disciplinas, bem como, atividades acadêmicas e demais componentes curriculares não estão ausentes, em sua maioria, dos projetos pedagógicos. Pode-se considerar tal aspecto como avanço importante, pois fazem alusão à atuação de assistentes sociais com movimentos sociais, enquanto competência que se deseja desenvolver durante o processo formativo. Destaca-se, portanto, a importância da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) à medida que os projetos pedagógicos reproduzem textualmente em seu conteúdo as competências elencadas pela referida legislação (GUIMARÃES, 2022, p. 186). Contudo, apesar de avanços, o debate ainda não possui a relevância necessária na formação profissional, principalmente se considerarmos o avassalador crescimento do ensino privado e, sobretudo da modalidade à distância, que impõe limites a essa relação.

Como as disciplinas da temática dos movimentos sociais comparecem nos PPCs

De antemão é possível afirmar que há profundas discrepâncias na forma como esses conteúdos estão articulados, no que se refere à natureza das UFAs, se de caráter público ou privado. Marconsin (2020) identifica que nas UFAs dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, as disciplinas voltadas para estabelecer a relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social estão concentradas nas universidades públicas e comunitárias e, em menor frequência nas universidades privadas. Os projetos pedagógicos dos cursos das instituições privadas, de fato, contêm o menor número de disciplinas, bem como não socializam todos os dados sobre as suas composições, impossibilitando o conhecimento aprofundado de seus conteúdos e, conseqüentemente, a articulação entre Movimentos Sociais e Serviço Social não consegue ser visualizada. É possível pensar que, frente ao aumento significativo do número de cursos privados em Serviço Social, especialmente na modalidade de ensino a distância que vem ocorrendo em termos nacionais desde a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o quadro é ainda mais preocupante.

Na Região Nordeste, dos 27 Cursos presenciais analisados, 25 ofertam as disciplinas específicas do tema em caráter obrigatório e 02 (dois) o fazem em disciplinas optativas. No último caso, “a análise na íntegra dos projetos pedagógicos também não se constatou a presença destes debates diluídos em outros componentes obrigatórios da matriz curricular dos cursos em questão” (GUIMARÃES, 2022, p. 135). Em relação às universidades privadas, foram identificados aspectos relacionados à flexibilização curricular como estratégias pedagógicas que se contrastam com a perspectiva defendida pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Nos cursos presenciais de UFAs privadas, o que se pode notar é que para além da excessiva carga horária de atividades complementares e, em contrapartida reduzida carga em disciplinas fundamentais (BOSCHETTI, 2004) identifica-se também a oferta de disciplinas na modalidade à distância em cursos presenciais, o que é uma flexibilização grave. Esses cursos se embasam na Portaria MEC 1.134, de 10 de outubro de 2016, a qual autoriza a oferta de até 20% da carga horária total do curso à distância, possibilidade que é incorporada nos PPCs. Nessa lógica, cabe destacar que nas UFAs em que se utiliza também essa modalidade, a disciplina de movimentos sociais consta sempre

como uma das disciplinas escolhidas para a modalidade de ensino à distância, o que nos faz refletir sobre o seu lugar na formação profissional (GUIMARÃES, 2022, p. 136-137):

Provoca, nessa direção, reflexões acerca de quais são os critérios, em se tratando de cursos presenciais, para ofertar uma ou outra disciplina nessa modalidade, posto sugerir uma tendência de hierarquização de conteúdos da formação em função do tipo de modalidade em que a sua respectiva disciplina é ofertada e, em decorrência disso, indicando a atribuição por parte destas UFA de um lugar presumivelmente periférico ao debate de movimentos sociais no conjunto da formação.

Conforme Guimarães (2022, p. 138) não se trata de uma causalidade e, tampouco de uma escolha aleatória, mas, sobretudo, de uma proposta que corresponde ao perfil profissional que se pretende formar, que está relacionada a critérios explícitos e implícitos. Nesses casos, pode-se evidenciar também, disputas no interior das propostas pedagógicas, em que a formação passa a ser pautada pela ideia de empreendedorismo, também acompanhada pela inovação e humanização das organizações. É importante destacar que esses aspectos, muitas vezes, estão relacionados às instituições de ensino e não ao curso em si.

Todavia, assumir a formação operada a partir do empreendedorismo é seguir por uma via contrária aos princípios elencados nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, construídas coletivamente pela categoria, pois o horizonte que se vislumbra é o enfraquecimento e a própria eliminação do pensamento crítico vinculado ao projeto profissional comprometido com a edificação de outra ordem societária e sintonizada com as lutas e interesses das classes subalternas. Há ainda situações mais preocupantes, em que as perspectivas do empreendedorismo e de humanização das organizações públicas e privadas são incorporadas no perfil profissional que se quer formar e também nas disciplinas, que de acordo com Guimarães (2022, p. 146-7):

Tais propostas formativas evidenciadas nos projetos pedagógicos de curso demonstram a presença de uma educação que tende a forjar um perfil eminentemente instrumental, inclusive reconfigurando funções profissionais, as quais podem se desdobrar em uma formação sintonizada com as demandas de apassivamento dos movimentos sociais. Isso porque não aparecem apenas no escopo geral de

apresentação da proposta formativa dos Cursos, mas por vezes também por dentro das próprias disciplinas da matriz curricular que se propõem a fazer o debate da atuação do Serviço Social com organizações da sociedade civil [...].

Nessa direção, o empreendedorismo seria a perspectiva norteadora acerca da atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais e organizações populares, vinculando-se, sobretudo, a elementos caros do debate como a assessoria e a consultoria junto às organizações da sociedade civil. Um aspecto, sem dúvida, preocupante, pois a construção de um perfil profissional pragmático e tecnicista está carregado de renitências de nosso passado profissional. Cabe destacar, que os territórios populares, as organizações de luta e movimentos sociais, em suas diversas dimensões, sempre estiveram no horizonte de atuação profissional, que nem sempre foram críticas ou emancipatórias, mas profundamente conservadoras e apassivadoras, como alertam Farage e Heilfreich (2020, p. 58) acerca da intervenção do Serviço Social nas favelas do Rio de Janeiro:

É interessante destacar aqui o documento “Regimento interno dos parques proletários” produzido pelo Serviço Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Social na década 1950 que exemplifica as ações “educativas” realizadas pelos assistentes sociais nos parques proletários. O documento retrata como essas ações educativas eram direcionadas para o controle da vida dos moradores de favelas em viés moralizador, fiscalizador, cristão e nacionalista, moldando as formas de vida mediante padrões característicos das classes dominantes. Trata-se na verdade de um processo hegemônico de conformação via um modelo educativo que molda e educa os territórios apagando as memórias e as ideias da classe que vive da venda da sua força de trabalho[...].

Parece sintomático, que nos tempos atuais, essas renitências do passado profissional persistem ou, ainda são intensificadas, sobretudo, na relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social. Também é fundamental problematizar que se trata de uma questão séria a ser debatida pela categoria, principalmente se reconhecermos o crescimento e a prevalência de demandas institucionais postas à profissão, com nítido interesse da burguesia por apaziguamento dos conflitos de classe e de resistências das classes subalternas. Como bem explicita Marro (2020) assistentes sociais são requisitados(as) por empresas e organizações

públicas e privadas para apaziguar conflitos agrários e populações que se organizam frente a impactos sociais e ambientais provocados por grandes obras, assim podem ser funcionais ao capital no sentido de “silenciar as arestas conflitivas de intensos processos de desorganização da vida social” (MARRO, 2020, p. 185).

Dias (2021) também identificou que por meio de ações de extensão universitária com dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que a atuação do Serviço Social junto a esse movimento social ocorreu majoritariamente na relação com as prefeituras municipais, com as ordens de despejos dos terrenos que objetivavam a retirada de crianças de famílias que estivessem acampadas. O que se pôde constatar é que:

as experiências com assistentes sociais tinham sido negativas. Segundo os militantes, na maior parte das ocupações, quando os assistentes sociais chegavam era para fazer denúncias ao Conselho Tutelar sobre a situação das crianças e tirá-las das famílias. Reverter essa visão sobre o Serviço Social foi uma das tarefas assumidas pelo projeto de extensão (FARAGE, DIAS, 2018, p. 245).

É necessário ressaltar que a par dessas constatações há importantes avanços e resistências contidas nos projetos pedagógicos dos cursos que precisam ser fomentadas, intensificadas, ampliadas e aprofundadas, no sentido de fortalecer coletivamente estratégias que possam materializar princípios que estão vinculados às reais necessidades das classes subalternizadas e comprometidos com a superação do capitalismo. Tal tarefa só será possível se superarmos, sobretudo, a forma deficitária com que vimos nos ocupando desse debate, aspecto que abordaremos adiante.

Outro aspecto de como as disciplinas aparecem conjuntamente nos PPCs diz respeito às dificuldades acerca da incorporação dos núcleos de fundamentação, indispensáveis à formação em Serviço Social, quais sejam: o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Formação Socio- Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Esse parece ser um problema de fundo, dada a importância da compreensão acerca da relação de unidade entre os três núcleos para a organização de conteúdo, disciplinas e demais componentes curriculares, como já mencionado anteriormente.

Segundo Guimarães (2022, p. 149-150) o que prevalece nos PPCs é “a dissociação entre os três núcleos e o suposto esgotamento de cada núcleo em si mesmo como sendo o trato predominante dado aos núcleos de fundamentação[...], lógica na qual cada disciplina da matriz curricular aparece encaixada em um dos núcleos”. Essa constatação também corrobora com a tendência de desarticulação entre os núcleos de fundamentação identificadas em outras pesquisas realizadas (ROCHA, 2017; TEIXEIRA, 2019). O levantamento realizado por Rocha (2017) junto às revistas importantes da área denota que o Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-histórica da Sociedade Brasileira tem sido negligenciado no debate teórico-político do Serviço Social brasileiro. Tendência também apontada por pesquisa realizada pela ABEPSS (gestão 2006-2008), resultando muitas vezes em um limitado e insuficiente tratamento dos elementos constituintes desse Núcleo, frequentemente restrito à abordagem de forma transversal em outros conteúdos.

Teixeira (2019) também chama atenção que a tendência de tratamento fragmentado dos núcleos de formação fere a concepção acerca dos Fundamentos do Serviço Social presentes no projeto de formação profissional, capaz de articular metodologicamente trabalho e formação na dinâmica social e evidenciar o significado social da profissão e do trabalho profissional por meio desta unidade articulada, o qual também contribui para melhor dimensionarmos o tamanho do desafio posto à profissão em decorrência de fragilidades e incongruências que ainda circulam entre nós a respeito:

análise dos Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação tem particularidades na formação e no trabalho e cabe aqui evidenciar cada uma delas. Um dos objetivos na formação é que a/o discente tenha a capacidade de apreender que tal unidade articulada se expressa como Fundamentos do Serviço Social, portanto, é o ponto de chegada ao final da formação profissional. Mas, no trabalho profissional tal unidade é o ponto de partida, sem a qual o trabalho profissional não ocorre sob a direção social crítica construída pela profissão (TEIXEIRA, 2019, p. 83).

Outra tendência identificada em cursos privados, que consideramos, ainda mais grave apontada por Guimarães (2022) se refere a adoção de outra forma de organização dos componentes curriculares em que sequer

os núcleos de fundamentação são mencionados ou considerados. É, sem sombra de dúvidas, um rompimento com a perspectiva construída pela categoria profissional que, inclusive, se coloca em direção antagônica ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, incorporando uma lógica positivista e orientadora de princípios de reafirmação da ordem hegemônica burguesa.

Transversalidade do debate dos Movimentos Sociais e o Serviço Social nos componentes curriculares e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão

A transversalidade dos conteúdos relativos aos movimentos sociais e serviço social é tema relevante, considerando a importante aproximação desse debate com a luta dos(as) trabalhadores(as), temática esta que deveria estar presente em todos os níveis de formação, enquanto busca de aproximação real com os processos organizativos das classes subalternas. Sabemos que a existência de disciplinas específicas sobre a temática dos movimentos sociais é importante, contudo, elas não se constituem como garantia de que os conteúdos acerca dos movimentos sociais estejam em consonância com a direção social da profissão.

Para Marconsin (2020) um aspecto relevante que se refere à transversalidade com os movimentos sociais é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Porém, é possível constatar que a forma como vem se operacionalizando a relação ensino-pesquisa-extensão mostra-se insuficiente, inclusive, nas UFAs públicas. Esse é um aspecto preocupante da realidade dos cursos de serviço social, pois a extensão é uma atividade fulcral para a materialização das articulações da profissão com os movimentos sociais, no âmbito da formação.

No que se refere à prática de pesquisa nas UFAs dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro identificou-se que nas cinco Unidades de Ensino públicas, a ocorrência de dezenove projetos e três programas de pesquisa, além de duas linhas de pesquisa sobre o tema.

Nas quatro Unidades de Ensino privadas – presenciais e à distância - constam apenas um projeto e um grupo de pesquisa sobre movimentos sociais. Nas duas Unidades de Ensino comunitárias, foi possível identificar dez projetos e um núcleo de pesquisa.

Como na questão das disciplinas, as UFAs públicas também aparecem em primeiro lugar no que se refere à pesquisa, destacando-se como dado significativo as duas UFAs comunitárias. Ou seja, a pesquisa sobre

movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social é extremamente insuficiente nas Unidades privadas presenciais e à distância.

Em relação à extensão, observou-se que há pouca atividade em todas as UFAs, sendo que os seis projetos e o programa identificados, na coleta, são desenvolvidos em UFAs públicas. Isso significa que o número de projetos e programas de extensão que se voltam aos movimentos sociais é pequeno nas UFAs públicas e inexiste nas Unidades privadas, incluindo as comunitárias. Ao mesmo tempo, a pesquisa, no que se refere às articulações com os movimentos nas UFAs privadas, presenciais e a distância – ocorre em pequena quantidade. No que diz respeito à extensão, as UFAs públicas portam um volume pequeno, enquanto nas unidades privadas – presenciais e a distância –, bem como nas comunitárias, inexiste (MARCONSIN, 2020).

Dias (2021, p. 140-1) ressalta que a extensão universitária é o espaço em que se identifica o tratamento secundário ou até mesmo inexistente da relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social na formação profissional, que apesar da direção hegemonicamente crítica e progressista, proporciona baixa aproximação dos discentes de Serviço Social com o debate de movimentos sociais e experiências nestes espaços. Pois,

A aproximação apenas possui capilaridade se há base real, em que os discentes possam vivenciar experiências nesses espaços. Mais do que apenas estar nos movimentos sociais, aqui se fala em estar nesses espaços enquanto Serviço Social. Tais experiências têm potencial para engendrar na profissão a ampliação da inserção do Serviço Social nesses espaços. Realidade que hoje ainda se dá de maneira tímida. Uma formação que busque a aproximação com os movimentos sociais deve trazer o debate em suas disciplinas e atividades extracurriculares, bem como criação de projetos de pesquisa e extensão com relação direta com os processos de lutas. Seja qual for a temática dos núcleos de pesquisa é possível, e necessário abordá-la também sob a ótica da luta de classe, dos processos de resistência. Não há uma pauta sequer discutida pelo Serviço Social em que não seja possível abordá-la também pela ótica dos processos de luta e resistência (DIAS, 2021, p. 130-1).

Com base em tal afirmativa, considera-se, portanto, que a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na formação universitária, potencialmente consiste na forma mais expressiva a partir da extensão. Apesar da importância e dos avanços identificados nesse sentido, ainda merecem especial atenção, questionamentos acerca do lugar que a extensão ocupa no processo de formação no interior das universidades públicas, em que a prática de pesquisa é supervalorizada em detrimento da extensão. Ressalta-se ainda a relevância da extensão universitária quando vinculada aos movimentos sociais e organizações da classe subalterna empenhados em forjar um outro mundo possível, que implica em alterar padrões de comportamentos e espaços de poder em que se reproduzem lógicas de convivências dominantes (capitalista-racista-patriarcal-sexista-lgbtfóbica-capacitista).

Assim, é na extensão universitária, desvalorizada e secundarizada, que tem se apontado para múltiplas possibilidades de aproximar o Serviço Social aos Movimentos Sociais, como também se abordará em item específico sobre extensão, neste documento.

Outro aspecto importante está relacionado à maneira como ocorre a abordagem transversal do tema movimentos sociais em relação a outras disciplinas não específicas da temática. Aqui nos deteremos nas análises realizadas por Guimarães (2022) que se constitui em terreno forte para aprofundamento das lacunas existentes, pois as análises acerca dos projetos pedagógicos na íntegra apontaram dificuldades na afirmação do debate de movimentos sociais como constitutivo à formação e ao exercício profissional. É possível encontrar em praticamente todos os PPCs, com exceção de um único curso, elementos que apontam o comparecimento da transversalidade na abordagem do debate de movimentos sociais. Segundo a autora, essa abordagem ocorre predominantemente em quatro categorizações de disciplinas/componentes curriculares: 1) Política Social²⁶; 2) Questão Agrária, Urbana e Ambiental; 3) Gênero e Raça/Etnia e 4) Áreas Afins. O tema é menos presente - embora também apareça nelas em alguns cursos - em disciplinas relativas à Questão Social, Trabalho Profissional e Formação Social do Brasil. Contudo, aponta para uma lacuna que merece especial atenção:

Outrossim, causa-nos estranheza e preocupação que a disciplina de Questão Social esteja dentre as que se faz em menor incidência o debate transversal de movimentos sociais, dada a concepção hegemônica da

[26] Segundo Guimarães (2022, p. 185): “A perspectiva presente tem sido a da compreensão das políticas sociais como uma das respostas do Estado à presença na cena pública da classe trabalhadora em luta, politizando e dando visibilidade à questão social em suas diversas expressões. Perspectiva sem dúvida fundamental para o Serviço Social como profissão e como área do conhecimento, mas insuficiente para dar conta da preocupação aqui levantada de que estes debates possam contribuir também para a formação de assistentes sociais preparadas para a atuação com movimentos, em todos os espaços sócio-ocupacionais em que se inserem, dentre os quais predominam aqueles do âmbito das políticas sociais”.

mesma no Serviço Social brasileiro sustentada na concepção articulada entre desigualdades e rebeldias, tendo em vista ser resultante da contradição Capital-Trabalho. Preocupante ainda do ponto de vista do não entendimento que demonstra da intrínseca relação entre os processos de resistência e luta popular e as manifestações da questão social. Em outras palavras, a ausência de conteúdo acerca do temário movimentos sociais nas disciplinas de Questão Social confessam o comparecimento na formação profissional de perspectivas teórico-analíticas que não apreendem as lutas sociais como constitutivas dos fundamentos para a compreensão da questão social (GUIMARÃES, 2022, p. 141-2).

Nesse sentido, avanços podem ser notados, referentes às disciplinas relativas às políticas sociais, que estão dentre as que mais contemplam o debate dos movimentos sociais de forma transversal. Contudo, esta incorporação pela via do reconhecimento da atuação com movimentos sociais como parte da atuação profissional junto às políticas sociais é insuficiente.

É necessário que a Questão Social seja problematizada também pelos seus traços de luta²⁷, pois mediante à lógica capitalista, a questão social só se configura enquanto tal, quando trabalhadores(as) assumem a consciência de classe e, é, sobretudo, nos espaços de luta coletiva que a barbárie capitalista pode ser confrontada. Por isso, é fundamental a presença dos movimentos sociais nas reflexões sobre a Questão Social. A ausência desse debate tem configurado em “verdadeiro paradoxo para uma profissão reconhecidamente de natureza interventiva” (GUIMARÃES, 2022, p. 185).

A relação movimentos sociais e profissão pela via do trabalho profissional

O que se pode notar, pelas análises críticas de Guimarães (2022) e Farage (2014, 2020) é que há um fosso entre a alusão que se faz às competências/habilidades para atuar junto aos movimentos sociais previstas na Lei de Regulamentação da Profissão e o que de fato se concretiza na formação profissional. Isso porque o debate sobre o trabalho profissional com os movimentos sociais aparece extremamente diminuído nos PPCs, aliás, seria totalmente inexistente, se não fosse a menção à educação popular:

[27] Aqui se faz necessário referenciar o artigo intitulado “Questão Social e Lutas Sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social” publicado na Revista Temporalis nº 42 (2021) elaborado pela coordenação nacional do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social.

Ressalte-se que, não fosse a incorporação nos PPCs do debate acerca da educação popular como ferramenta importante na atuação de assistentes sociais junto a movimentos sociais e organizações populares, o debate sobre o trabalho da profissão com estes sujeitos estaria inteiramente ausente dos PPCs analisados, haja visto outros possíveis caminhos de inserção e abordagem deste conteúdo na formação não terem sido identificados em nossa pesquisa como presentes nos projetos de curso analisados (GUIMARÃES, 2022, p. 182).

Para Farage e Helfreich (2020, p. 65-66) esse quadro denota que “as opções do Serviço Social, tanto na formação como no trabalho profissional, nos últimos trinta anos, foram prioritariamente pelo instituído, ou seja, pelo hegemônico e não pelo contra hegemônico, pois”:

a) estivemos mais distantes dos movimentos sociais e mais imbricados na luta institucional pelas políticas públicas, por dentro dos conselhos de direitos, desconsiderando o caráter de classe do Estado capitalista. Vale destacar que, na maior parte das vezes, a presença de assistentes sociais nos Conselhos se dá por um contrato de trabalho com o poder público; b) pouco foram valorizados o debate da educação popular, da ação pedagógica do Serviço Social, conforme aponta Abreu (2002), o papel do intelectual orgânico apontado por Gramsci ([1926–1937] 2001) e o significado da emancipação humana nos termos de Marx ([1844] 2009), como explicitado, por exemplo, nas poucas pesquisas publicadas nos anais dos Congressos da Categoria e nos periódicos da área; c) a maior parte dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social públicos secundariza o debate e a relação com movimentos sociais, assim como é praticamente ausente o debate sobre educação popular. Isso se dá, em certa medida, pela desvalorização, por parte da universidade pública, desses debates, expressão da luta interna e da disputa pelos projetos educacionais e também pelo lugar secundarizado desses temas no campo das ciências sociais e políticas

A constatação de ausência quase que absoluta de alternativas concretas para o trabalho profissional com movimentos sociais, a serem mobilizadas nos processos formativos, se constitui, sem dúvida, em um elemento que favorece aos opositores do projeto ético-político em sua acusação de militância na formação em Serviço Social. Contudo, conforme Guimarães (2022), a educação popular como ferramenta importante

na atuação de assistentes sociais junto a movimentos sociais e organizações populares é um dado interessante que parece denotar uma particularidade da Região Nordeste.

Em relação à educação popular merece atenção os problemas relativos à incorporação do pensamento freireano no Serviço Social, em especial, “no contexto da heterogeneidade do movimento de reconceituação, fundam-se não somente no idealismo e no ecletismo identificados no processo de apropriação daquelas formulações e, mais ainda, na transposição imediata das formulações contidas em Paulo Freire para o terreno profissional do(a) assistente sociais” (GUIMARÃES, 2022, p. 182).

É importante se atentar para o fato que o diálogo do Serviço Social com a educação popular foi ofuscado, sobretudo, após os anos 1990, devido as tensões e polêmicas relacionadas às elaborações idealistas e/ou não suficientemente aprofundadas pela vertente marxista. Mas, cabe ressaltar que educação popular, desde seu surgimento, nos anos 1960 sempre se construiu como arena de disputas ideológicas. De acordo com Farage e Heilfreich (2020, p. 65) essas disputas se deram/dão, particularmente, em três perspectivas, que podem ser resumidamente pautadas como: 1) uma prática de educação inclusiva (incluir na ordem os pobres, diminuindo a desigualdade); 2) uma orientação para a libertação (propondo reformas dentro da ordem do capital) e 3) um conjunto de ações que estimulam a participação e a mobilização política, questionando a exploração do capital, tendo como horizonte a superação dessa sociabilidade.

Esses aspectos merecem maiores problematizações, pois se o tema da educação popular esteve obscurecido em razão das polêmicas que suscitou/suscita no interior da categoria profissional é também necessário considerar que não se trata de um tema completamente ausente, conforme apontado páginas atrás. Retomar esses aspectos e os aprofundamentos até aqui realizados é um importante passo para seguir em frente, pois a formação profissional precisa responder às condições do exercício profissional no cotidiano institucional, mesmo que essa formação esteja ou não dando conta dessa finalidade é preciso seguir “apostando na educação permanente como um investimento teórico-prático necessário para um exercício profissional cada vez mais qualificado” (GUIMARÃES, 2022, p. 184).

Em relação à produção de conhecimento que articule os movimentos sociais à formação profissional no Serviço Social ou às Diretrizes Curriculares, com levantamentos em teses e dissertações não conseguimos avançar. Entretanto, indicamos alguns trabalhos que já apresentam levantamentos, pesquisas e sistematizações e que podem representar um ponto de partida importante: o artigo do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social de 2013, publicado na Revista Temporalis n.26 (ABRAMIDES et al., 2013); o Relatório do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social - Gestão 2015-2016, que trata sobre as teses e dissertações produzidas de 1985 a 2011 e o artigo de Duriguetto (2017), publicado na Revista Temporalis n. 34.



Extensão e Movimentos Sociais

A proposta deste item, é sistematizar contribuições sobre a articulação do tema extensão universitária com os movimentos sociais, na formação profissional do Serviço Social. O intuito inicial era indicar a partir de levantamento de Grupos de Extensão e de trabalhos publicados com esta temática como se configuraria esta aproximação em diferentes períodos históricos do Serviço Social, sobretudo, os indicados no item “Panorama do estado da arte”. Entretanto, apenas indicamos um balanço geral dos Grupos de Extensão a partir de pesquisa realizada por Marro (2011) e do Relatório-síntese dos grupos de trabalho e pesquisa Gestão ABEPSS – 2013-2014. Apresentamos também um debate aproximativo sobre a curricularização da extensão.

Ressaltamos que há pesquisas realizadas e publicadas que tratam da relação extensão e movimentos sociais, que podem contribuir para a realização desta análise futuramente, como: a pesquisa “Serviço Social em movimento: experiências universitárias de trabalho e articulação com movimentos e organizações das classes subalternas na contemporaneidade”, coordenada pela professora Katia Marro de agosto de 2009 a dezembro de 2010 (que será rapidamente tratada no item a seguir); o Relatório síntese do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, da Gestão Abepss 2013-1014, publicado na Revista Temporalis, n. 26, jul./dez. 2013; O artigo “Extensão universitária como espaço de construção de instrumentos de educação popular em acampamentos urbanos”, das autoras Eblin Farage, Francine Helfreich, Camila Barros Moraes, Maria Caroline da Silva Souza, publicado no livro “Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência”, organizado por Kátia Marro, Elisabeth Carla Barbosa Vasconcelos, Suenya Santos; o artigo “Extensão universitária e periferias: reflexões sobre experiências de educação popular e seus desafios”, de Eblin Farage e Andrea Dalton (Revista Enfil Encontros com a filosofia – UFF); para indicar alguns.



Para um balanço sobre os Grupos de Extensão

No que diz respeito à extensão universitária, podemos observar um conjunto de tendências sintetizadas na pesquisa realizada por Marro (2011) e no Relatório de Gestão 2013-2014 (2014).

As análises apontam um acúmulo interessante do Serviço Social no âmbito da extensão universitária junto aos movimentos sociais: é possível identificar uma primeira geração de projetos extensionistas, característicos dos anos 80, colados aos processos de mobilização das classes subalternas no contexto da democratização (luta pelos bens de consumo coletivo, pela conquista de uma nova institucionalidade, nova qualidade na relação entre o poder público e os movimentos sociais). São os chamados “projetos piloto universitários” de extensão e estágio, em Cursos de Serviço Social como PUC-SP (a exemplo do Projeto “Campo-Piloto Loteamentos Clandestinos” de 1981); UFMA (a exemplo do Projeto “Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”, no período 1979 a 1983) e UFPA (como as articulações com as lutas dos moradores desde os anos de 1980, que nos anos ‘90 dariam lugar à criação do PARU - Programa de Apoio à Reforma Urbana). É característico destes projetos uma interessante articulação entre Ensino x Pesquisa x Extensão, onde projetos de extensão funcionavam como campos de estágio, permitindo a produção de reflexões teóricas e experiências de intervenção de docentes e estudantes. É importante diferenciar de uma outra geração de projetos de extensão mais contemporâneos, que cresce ao calor de uma nova ascensão das lutas sociais, associado com o protagonismo destes movimentos. Dentre os Movimentos Sociais que prevalecem articulados aos projetos de extensão, encontram-se os movimentos urbanos; os movimentos do campo (em especial o MST); os movimentos populares (consumo e reprodução social); o movimento quilombola; o movimento indígena; o movimento das mulheres; e o movimento LGBT (MARRO, 2011; ABRAMIDES *et al*, 2013).

Um levantamento realizado pela gestão 2013-2014, identificou no período 1994-2012, 23 projetos de extensão desenvolvidos em universidades públicas junto a estes sujeitos (RELATÓRIO DE GESTÃO 2013-2014, 2014, p. 11). Dentre as ações desenvolvidas pela profissão no trabalho com movimentos sociais a partir dessas experiências extensionistas, se destacam: apoio à articulação de diversos sujeitos em luta e a auto-organização popular; assessoria política e técnica; atividades de formação política (palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns); produção de relatórios a partir de informações técnicas (por exemplo, estudos socioeconômicos com o objetivo de potencializar os processos de auto-

organização em torno das suas condições de vida e de trabalho; a qualificação da participação política na elaboração, implementação e controle da política pública; orientações, encaminhamentos e atendimentos que busquem potencializar a apropriação por parte desses grupos dos serviços e das instituições públicas que constituem direitos sociais de cidadania (MARRO, 2011; ABRAMIDES *et al*, 2013). Observa-se, ainda a criação de convênios ou parcerias entre universidades públicas e a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Ainda nesta perspectiva, vale registrar as experiências desenvolvidas a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). O primeiro curso de Serviço Social vinculado ao Pronea, foi realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2015. Segundo Dias (2022) de 1998 até 2018, o Pronea ofertou cerca de 500 cursos, em parceria com 94 instituições de ensino, atendendo aproximadamente 190 mil beneficiários, desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até programas de pós-graduação.

Por outro lado, é importante destacar a iniciativa de diversas pesquisadoras do GTP na gestão 2015-2016 (tanto da sua coordenação, como do grupo ampliado), que realizaram um levantamento acerca dos *Diretórios, Grupos de Pesquisa e Extensão sobre lutas e movimentos sociais no período 2010-2015*, que pode ser consultado no Relatório de Gestão 2015-2016 (2016). A partir destas informações foi elaborado um mapa georeferenciado com dados dos diferentes Grupos de Pesquisa e Extensão, apresentado no Colóquio do XV ENPESS, disponível no site da ABEPSS por alguns anos. Atualmente, no enlace do GTP de Serviço Social e Movimentos Sociais - disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-4/> - podem ser consultados os diferentes Grupos identificados naquele período.

Os procedimentos adotados para o levantamento acima indicado consistiram em: 1) Identificação dos Diretórios e Grupos de pesquisa na plataforma do CNPq que envolvessem o tema “Movimentos Sociais”, “lutas sociais”, “organização dos trabalhadores” e/ou “classe(s) trabalhadora(s)”/ “classes subalternas”; 2) Contatos com os 14 programas de pós-graduação identificados com linhas de pesquisa e/ou produção na área; 3) Contato por e-mail com mais de 100 pesquisadores que participaram dos colóquios do GTP e demais pesquisadores cuja produção está afinada ao tema.

No levantamento realizado, foi observado que: de um total de 23 núcleos, 4 realizavam apenas pesquisa; 10 realizavam pesquisa e extensão de forma articulada; e 9 realizavam pesquisa, mas estabelecendo vínculos concretos com diferentes movimentos sociais. Foi constatado que existia uma relação importante entre pesquisa e extensão em 43% dos grupos, assim como prevaleciam nesta área grupos e núcleos que estabeleciam vínculos efetivos entre Universidade e Movimentos Sociais (83%). Menos de 50% dos grupos e núcleos possuíam no seu título denominações relacionadas às lutas e movimentos sociais, ainda que esta aparecesse como linha de pesquisa e produção de conhecimento ou área de intervenção. A maioria desses grupos (mais de 65%), tinha uma produção destacada, seja através de eventos (seminários, colóquios, congressos, debates), ou da produção bibliográfica sobre sujeitos, conflitos, lutas e movimentos sociais. Dentre os 19 grupos que estabeleceram vínculos concretos com lutas e movimentos, podemos observar os seguintes sujeitos e espaços de organização: fóruns de políticas públicas; movimentos de mulheres e feministas (MMC, AMB, dentre outros); movimentos do campo (MST, MPA, CPT); movimentos LGBT; movimento negro e quilombola; movimento estudantil; movimentos urbanos (MTST, UNMP, de favelas) e populares (MAB) e movimento sindical (apenas um grupo menciona essa relação). Cabe destacar que a maioria dos grupos estabeleceu relações com movimentos do campo (8 grupos) e movimentos urbanos e populares (6 grupos) (RELATÓRIO DE GESTÃO 2015-2016, 2016, p.39).

Entretanto, este levantamento mereceria ser atualizado em função de estar desfasado, considerando que as informações datam de 2015. Nesse sentido, o Relatório do GTP 2019-2020 (2020, p. 48, anexo B) apresenta uma proposta de *Ficha para o levantamento de informações relativas a grupos de pesquisa e/ou extensão junto a movimentos sociais*, com o objetivo de complementar o instrumental utilizado naquela pesquisa da Gestão 2015-2016. Cabe mencionar que a Gestão 2020-2022 não conseguiu avançar nesse levantamento de novos dados, motivo pelo qual seria importante que novas gestões (ou esforços do GTP ampliado) assumissem o desafio de atualizar essas informações.



O debate da curricularização: alguns apontamentos

Dando sequência às reflexões acerca da relação extensão universitária e movimentos sociais, acreditamos que a extensão socialmente referenciada, principalmente nos interesses emancipatórios da classe trabalhadora, pode ser uma força contra hegemônica que se soma na construção de projetos societários alternativos. Isso, claro, se falamos aqui de uma extensão que se vincula a uma concepção de educação compromissada com a perspectiva crítica e a mudança substancial da realidade; de uma extensão que constrói um diálogo entre universidade e sociedade prezando pela troca democrática entre os sujeitos sociais e os diferentes saberes.

Inserindo-se no debate da curricularização da extensão, a Abepss elaborou um documento preliminar (ABEPSS, 2021, p.4) no qual defende uma “extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana face à precarização e aprofundamento de ações privatistas no âmbito da educação no país”. Tal documento indica a necessidade de construção, ancorada em uma perspectiva de totalidade, de parâmetros ou subsídios para o processo de curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social. A construção destes parâmetros passaria, necessariamente, pela elucidação da relação entre extensão e Serviço Social; pelas diferentes concepções e abordagens da extensão no interior das universidades e suas relações com diferentes projetos societários em disputa no capitalismo e; por conseguinte, pelos distintos projetos de educação pública superior no Brasil.

A Abepss (2021) também reafirma, como marco importante na construção desta concepção de extensão, o que o FORPROEX aponta como novas perspectivas nesta direção:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências

a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987 apud ABEPSS, 2021, p.8).

Consideramos importante que, nos processos de curricularização da extensão, os diferentes Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social partam do debate com as Diretrizes Curriculares de 1996, consolidando uma “prática extensionista que seja efetivamente comunicação com a realidade social” (ABEPSS, 2021, p. 24).

Dialogar diretamente com a realidade dos territórios implica acolher as suas particularidades, sem abrir mão de uma abordagem de totalidade e adensar o debate com questões importantes que vêm sendo discutidas e elaboradas no âmbito das universidades e dos movimentos sociais, como indispensáveis para a apreensão crítica da realidade brasileira como: as relações étnico-raciais, o patriarcado e as relações de gênero e sexualidade, o extermínios contra os povos originários e quilombolas e, fundamentalmente o reconhecimento das lutas anticapitalistas e contracoloniais a partir dos sujeitos reais que as empreenderam historicamente: mulheres e homens escravizados, africanos, indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, das florestas, dos sertões, sujeitos que precisam adentrar o espaço do ensino superior não mais como objetos de pesquisas.

Considerando-se política e pedagogicamente, podemos afirmar que a prática extensionista dentro do Serviço Social já revelou seu potencial de mediação entre teoria e prática. Além disso, vêm se configurando como espaço para o desenvolvimento do estágio em algumas realidades e já registra há um tempo, dentro da formação acadêmico-profissional, como momento privilegiado de articulação com os sujeitos sociais coletivos.

Ao viabilizar a interlocução com movimentos sociais desde a graduação, por exemplo, uma das problematizações possíveis de se fazer com os/as estudantes, a partir da extensão, é sobre a necessidade de elaborarmos respostas profissionais que não se limitem às respostas paliativas dadas pelas instituições/serviços às expressões da questão social. Também se pode problematizar sobre como tais respostas podem vir a contribuir para a unificação das lutas dos/as trabalhadores/as.

Muito nos interessa estimular e avançar profissionalmente na elaboração sobre a inserção de assistentes sociais em espaços dos movimentos sociais (área de atuação e investigação ainda incipiente profissionalmente para nós). Primeiro, em decorrência de um compromisso ético político assumido pelo Serviço Social (tanto com os movimentos sociais populares como com a educação pública). Segundo, por não ignorar o muito que ainda se tem a descobrir sobre as formas de contribuição e interlocução da profissão com os movimentos sociais.

Também pela extensão e sua relação com os movimentos sociais, a profissão reacende o debate sobre a pertinência da educação popular como mediação no processo de formação da consciência crítica. Com as novas exigências do Conselho Nacional de Educação (CNE) de creditar no mínimo 10% da carga horária curricular de ensino para as atividades de extensão, recoloca-se o debate no interior da profissão sobre o uso da educação popular, como elemento de contraponto às propostas mais afeitas à lógica mercadológica dentro das universidades.

Ou seja, aqui sinalizamos, mais uma vez, para o esforço em desvendar a realidade numa perspectiva crítica e emancipatória; de mediar a passagem do senso comum para o bom senso (nos termos gramscianos) contribuindo para que a compreensão da sociedade capitalista sirva para sua superação; de criar e fortalecer espaços de verdadeira vivência democrática. E nesse intuito acreditamos que a educação popular pode ser uma aliada.

Quando retomamos a trajetória da elaboração freiriana de educação popular (EP) identificamos que a mesma emerge já num movimento de contra-hegemonia no bojo dos programas educativos que o Estado ofertava aos setores populares no início dos anos de 1960.

Freire influenciou diretamente o campo teórico, metodológico e epistemológico da Educação, explicitou sua dimensão política e apresentou uma proposta de Educação, substantivamente democrática. Mostrava aos seus interlocutores/as a necessidade de mediar o acesso aos conteúdos acadêmicos partindo da vivência dos/as educandos/as e valendo-se de metodologias que permitissem o desvelamento da realidade sob uma perspectiva crítica. Isso porque, sua intenção era estimular a presença organizada de trabalhadores/as na luta pela democratização da vida política e pela superação das desigualdades econômicas e sociais.

Em seus escritos, defende a impossibilidade da neutralidade social e em processos educativos (principalmente, na educação formal), normalmente voltados para legitimar e reproduzir o *status quo*. Por isso, se preocupou em como o processo de aquisição de conhecimento poderia propiciar aos indivíduos excluídos a compreensão sobre o funcionamento da sociedade na qual se encontram e promover uma postura criticamente consciente e transformadora perante esta realidade.

Diante disso, a educação sob a ótica freiriana se faz popular não por ter o “povo” como mero objeto de intervenção, mas: por ser feita para e com “o povo”: sujeitos reais em suas particularidades históricas; por valer-se da problematização da realidade como subsídio na intervenção no mundo; por potencializar a organização popular; por possuir uma essência contestadora da ordem vigente.

Ao apresentar para o mundo essa concepção de educação popular, Freire apresentou suas contribuições com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas com vistas à transformação social. Afinal, “a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza” (FREIRE, 2007, p.103-105).

Cardoso e Lopes (2009) afirmam que dentre as formas possíveis de interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais estariam: a) a pesquisa que tem como tema e objeto, justamente, os movimentos sociais e demais formas de resistência encontradas pela classe trabalhadora. b) o trabalho e parceria construído com estes sujeitos a partir dos mais variados espaços ocupacionais da profissão. c) o trabalho em espaços ocupacionais surgidos dentro dos próprios movimentos sociais. Podemos acrescentar ainda, d) o próprio engajamento político militante da base profissional nos espaços e organizações de classe. Apesar dessas possibilidades postas, os registros de trabalho profissional junto e/ou no interior de movimentos sociais é bastante incipiente, conforme as tendências delineadas páginas atrás que apontam o universo pequeno de espaços ocupacionais no âmbito das organizações coletivas da classe trabalhadora. Quando existentes, é possível que persista certa invisibilidade pela debilidade nos registros em decorrência da falta de hábito profissional de sistematizar suas experiências de trabalho.

Os poucos registros encontrados na literatura profissional demonstram que a interlocução via extensão universitária tem sido mais comum. É interessante pensar que seria uma das oportunidades apresentadas aos/às estudantes, já em sua formação acadêmico-profissional, de construir pontes entre a profissão e os MS. Além de confirmarem espaços legítimos de diálogo entre Universidade e MS, tensionando para que a primeira cumpra sua função social atendendo aos interesses populares. Os trabalhos desenvolvidos aqui são assumidos mais no formato de “assessoria”, no sentido de acolher as demandas sociais; socializar informações, denunciar abusos e defender direitos; e contribuir com o fortalecimento organizativo e com os processos de mobilização das organizações envolvidas²⁸.

No trabalho com os MS, o caráter educativo do trabalho profissional ganha maior evidência uma vez que não é comum ocorrer a mediação de acesso a bens e serviços, como ocorre na maioria dos espaços ocupacionais da profissão. O/A assistente social pode tanto atender as demandas que lhe chegam instruindo, orientando e realizando os devidos encaminhamentos para a rede socioassistencial, como pode trabalhar com questões que lhe chegam (por meio das demandas ou das requisições) assumindo o papel de educador/a social e político e contribuindo nos processos formativos importantes para o Movimento em seu processo de politização²⁹.

Em todos estes contextos, a reaproximação com a educação popular mais uma vez se revela de grande importância. A realidade é o ponto de partida e o ponto de chegada dessa relação, demandando que o/a profissional entenda as contradições presentes na realidade em que intervém, apreenda os elementos de “bom senso” presentes no senso comum que são passíveis de serem problematizados, refletidos de maneira a elevar o nível de consciência social e política de todas as pessoas envolvidas, estando sempre aberto/a à troca e diálogo nessa relação.

Em relação aos parâmetros indicados pela ABEPSS (2021) para o debate da curricularização da extensão apresentamos algumas questões para contribuir com os debates:

[28] Referências: “Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica” (OLIVEIRA; SANTOS; BIENENSTEIN, 2019). “Assessoria do Serviço Social e movimentos sociais insurgentes em debate” (PORTELA; CRUZ; SILVA; DAVID, 2020)

[29] Referências: “O Serviço Social no Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Educação de Minas Gerais” (Gonçalves; Lopes, 2019). “A Mobilização Popular na experiência de Assessoria Técnica às Pessoas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão” (Gonçalves, Alagoano, 2022).

Parâmetro 1

“Que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida à autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses” (ABEPSS, 2021, p.23)

- A quais sujeitos estamos nos referindo? Como superar uma abordagem abstrata do sujeito histórico não apenas na extensão, que entendemos ser um espaço privilegiado para isso, mas no ensino e pesquisa?
- É fundamental que as abordagens teóricas a esses sujeitos históricos considerem o acúmulo, em termos de pesquisa e extensão, mas também e, fundamentalmente, que considerem o acúmulo em termos de práxis políticas dos movimentos sociais, no que diz respeito às relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, de geração, território, além das lutas de classe.
- Como assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva da Educação Popular?

Parâmetro 2

“Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional” (ABEPSS, 2021, p. 23).

- Como se configura na atualidade a relação profissional com os movimentos sociais e de quais movimentos sociais estamos falando?
- Quem são os sujeitos desses movimentos?
- Como esses movimentos contribuem com a construção efetiva de universidade popular?
- Esses sujeitos estão dentro das universidades - como docentes, discentes e técnicos administrativos?
- O perfil profissional que estamos formando dialoga com os conhecimentos, tecnologias e saberes dos movimentos sociais e dos seus sujeitos históricos? A universidade dialoga?

Parâmetro 3

“Que referencie práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira” (ABEPSS, 2021, p. 23).

- Atende as particularidades territoriais da realidade social e política brasileira?
- Dialoga com as relações étnico-raciais, de gênero e sexo?



Considerações finais e Recomendações gerais

Neste documento, buscamos elaborar subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social, em consonância com a construção de um perfil profissional assentado no projeto ético-político. A partir dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares, temos apreendido as lutas sociais como constitutivas dos fundamentos da questão social. Esta perspectiva de análise requer ser permanentemente exercitada, seja no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão ou do próprio trabalho profissional, sobretudo, considerando o trato predominante do debate de movimentos sociais apartado da relação com o exercício da profissão no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais.

Conforme apontamos em artigo elaborado por esta gestão (MARRO, ABRAMIDES, GUIMARÃES et al, 2021, p. 273), precisamos enriquecer a leitura das bases sócio-históricas e dos sujeitos do antagonismo de classes que deram contorno concreto à emergência da questão social no país e na região latino-americana; analisando e interpelando suas expressões pela lente do movimento das classes subalternas. Isso significa avançarmos em estudos e estratégias de intervenção que valorizem os conflitos, as rebeldias e resistências que perpassam a questão social e se repõem como demandas para a atuação profissional; que dialoguem com os processos de auto-organização protagonizados pelos sujeitos subalternos; que estejam atentos à funcionalidade repressiva de alguns mandatos institucionais a partir de uma reflexão crítica sobre o significado das políticas sociais com as quais trabalhamos.

Em termos de indicações teórico-práticas, apontamos, para o âmbito do *ensino*, que mais do que a mera presença de disciplina específica na matriz curricular dos cursos, importa viabilizar espaço e tempo para mobilizar o seu conteúdo. Para tanto, sugerimos uma carga horária de pelo menos 60h, pois consideramos que 36h, 40h, como identificamos em alguns cursos são insuficientes para a articulação dos conteúdos caros ao debate de movimentos sociais e serviço social.

Não custa frisar a importância de que sejam disciplinas de caráter obrigatório, materializando nos projetos pedagógicos de curso a concepção adjacente às diretrizes curriculares da ABEPSS de que “[...] os movimentos sociais não podem ser *apêndices* na formação profissional, mas são parte estruturante [...]” (GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 2021, p. 269, grifo nosso). Ainda que sem negar a necessidade de disciplinas específicas sobre movimentos sociais e serviço social, também se possa apontar a possibilidade de transversalidade deste conteúdo para além destas, no diálogo direto com outras matérias da formação profissional de assistentes sociais.

No que diz respeito ao âmbito da *extensão universitária*, há de se reconhecer a necessidade de investimento teórico-político no avanço da mesma junto aos movimentos sociais, seja no sentido do estímulo à novas iniciativas ou da consolidação dos projetos de extensão já existentes nessa direção, como importante exigência do processo de ruptura com o conservadorismo. Isso porque na medida em que tais experiências de extensão possibilitam o exercício do diálogo entre a dimensão socioeducativa do Serviço Social e as estratégias de organização coletiva construídas pelos movimentos e organizações populares no contexto das lutas sociais, também incidem expressivamente no redimensionamento crítico do perfil profissional de assistentes sociais, conforme defende Marro (2011, p. 320):

[...] os traços de luta e resistência que esses sujeitos [movimentos sociais e grupos subalternos] acionam no enfrentamento da questão social abrem novos horizontes para o exercício profissional – tensionam as correlações de força institucionais; colocam novas requisições que desafiam os clássicos procedimentos de intervenção; questionam as rotinas que reproduzem relações clientelistas orientadas à passivização dos sujeitos coletivos - , assim como trazem conhecimentos e competências que enriquecem o perfil profissional.

Nesse mesmo horizonte de incorporação e/ou aprofundamento na formação graduada de experiências que fortaleçam perspectivas de intervenção profissional articuladas aos processos organizativos das classes subalternas, é que se interpõe a preocupação com a abertura de campos de *estágio supervisionado* junto a movimentos sociais.

Na impossibilidade frequentemente posta pelo parco quantitativo de assistentes sociais com vínculo formal de assalariamento junto a movimentos e organizações de trabalhadores, outras interessantes iniciativas de articulação político-profissional com tais sujeitos coletivos podem ser mobilizadas no âmbito do estágio supervisionado, a exemplo do que algumas UFAs têm orientado em seus projetos pedagógicos em termos de propostas de intervenção em campos de estágio construídas em articulação com movimentos sociais e demais processos organizativos dos(as) usuários(as).

Possibilita-se, desse modo, que a relação Serviço Social e Movimentos Sociais, bem como suas implicações éticas e políticas, possa encontrar também no estágio supervisionado uma mediação fundamental para sua problematização no âmbito da formação profissional, em suas amplas e complexas determinações. O que, entretanto, não nos exime da responsabilidade coletiva enquanto categoria de retomar seriamente o debate acerca da nossa contribuição profissional para as lutas das classes subalternas e a auto-organização dos seus movimentos pela via do estágio supervisionado. Abarcando-se aqui a possibilidade de estágio em programas e projetos de extensão desenvolvidos junto aos movimentos sociais como pauta dos debates coletivos da área.

Uma inquietante agenda de questões impõe-se também na contemporaneidade para o aprofundamento de estudos e análises relativas ao temário Movimentos Sociais e Serviço Social por meio da *pesquisa*, dimensão fundamental ao processo formativo, alimentada a partir de uma rica e diversificada produção já acumulada na área a respeito³⁰.

Condição necessária inclusive para que seja possível reler, sob novos alicerces, a atuação profissional de assistentes sociais em trabalho de base, educação popular e processos de organização e mobilização de trabalhadores. Tamanho desafio pressupõe, não obstante, processos formativos contínuos capazes de chegar a diversos sujeitos profissionais: assistentes sociais (docentes, inclusos e inclusas), supervisores de estágio (acadêmicos e de campo), membros de comissões de formação dos CRESS e discentes de graduação e pós, numa perspectiva de educação permanente³¹ aportada na resistência teórica, política e pedagógica das entidades da categoria.

[30] Os acúmulos do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, presentes em diversas elaborações e documentos publicizados na última década, têm contribuído para qualificar o estado da arte da produção sobre a temática. Um balanço interessante acerca de traços gerais que diferenciam distintos períodos e características nas abordagens realizadas sobre as lutas sociais, assim como predominâncias temáticas e influências teóricas presentes nas mesmas, encontram-se em GTP Movimentos Sociais e Serviço Social (2021).

[31] Entendida por CFESS, ABEPSS e ENESSO (2012) como instrumento de luta ideológica e política voltado para o fortalecimento da formação – que não se encerra na graduação - e do exercício profissional e para contribuir na garantia da qualidade dos serviços prestados aos usuários do Serviço Social. Apoiando-se na concepção de educação popular para sua materialização, pode alcançar também a dimensão da organização política da categoria ao passo em que proporciona espaços de discussão para as(os) assistentes sociais elaborarem coletivamente respostas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas em suas intervenções profissionais.

Tomando como referência o Projeto ABEPSS Itinerante, importa termos em vista que da análise dos relatórios de todas as regionais da ABEPSS, Teixeira (2019, p. 90) destaca como um dos principais desafios ao debate dos Fundamentos do Serviço Social identificados na contemporaneidade a primazia dada à execução da política social e às orientações para tanto contidas em materiais dos Ministérios em detrimento das respostas profissionais ancoradas no acúmulo teórico-metodológico do Serviço Social:

[...] a centralidade recai no modo como a política social deve ser executada e o que se espera do trabalho de assistentes sociais nela; perde-se, assim, a potencialidade que a profissão tem em construir respostas para além dos objetivos da política social, respostas vinculadas à análise crítica da realidade, calcada nos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora.

Reconhecendo que o debate sobre movimentos contestatórios e a organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) têm atravessado em alguma medida as oficinas do Projeto ABEPSS Itinerante, como demonstram os relatórios regionais, o que se propõe é que a temática Movimentos e Lutas Sociais, compreendida como constitutiva dos fundamentos do Serviço Social, possa também assumir centralidade em alguma edição do Projeto³² e, com isso, contribuir para mais ampla disseminação e capilaridade da sua relação orgânica com a formação e o trabalho profissional, podendo vir a incidir nos projetos pedagógicos das UFA, considerando que docentes estão entre o público prioritário elencado para as oficinas.

Apostamos ainda no espraiamento de interessantes experiências, inspiradas no que as pesquisas na área permitiram identificar como estratégias que já vêm sendo adotadas por alguns cursos para se trabalhar metodologicamente o conteúdo relativo à temática movimentos sociais, os quais consistem ademais em caminhos possíveis para o fortalecimento da relação da universidade com estes sujeitos coletivos:

- i) *no ensino*, recorrências a outros recursos para além da leitura e discussão de textos, como vídeos temáticos, filmes, musicografia e poesia, bem como atividades de campo com ênfase na aproximação aos movimentos sociais locais: visitas, pesquisa documental, participação em eventos e atos políticos, acompanhamento de informações veiculadas na mídia sobre o tema, criação de instrumentos de educação popular,

[32] Até então o Projeto elegeu como temática central de suas edições: As diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional (2012); Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas (2014); Fundamentos do Serviço Social em debate: formação e trabalho profissional (2016); Os Fundamentos do Serviço Social: atribuições e competências em debate (2018); e Ética e Direitos Humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo (2020). Os dados sistematizados e analisados por Teixeira (Op. Cit) demonstram o quanto o Abepss Itinerante vem se ampliando em termos de quantidade de oficinas desenvolvidas e representatividade dos estados participantes, inclusive fazendo um importante movimento de interiorização para cidades de médio e pequeno porte. Demonstram ainda a regional nordeste como a que tem articulado o maior número de UFAs e maior participação docente e a regional norte como a que registra maior participação nas oficinas.

dentre outros; ii) na *pesquisa*, tanto a inserção de representantes de movimentos sociais nos grupos de estudo quanto o desenvolvimento de investigações que possam contribuir para subsidiar a ação política dos movimentos, além evidentemente de investigações que tenham como objeto de estudo os movimentos e as lutas das classes subalternas, na perspectiva aqui assinalada; iii) na *extensão*, com a diretriz da interação dialógica assumindo centralidade na condução metodológica da relação universidade e movimentos sociais (FORPROEX, 2012), assim como o respeito à autonomia dos movimentos e organizações. Ou seja, nos lembrando que, conforme a própria Política Nacional de Extensão, é justamente a perspectiva do diálogo, da troca de saberes e de aliança com movimentos, setores e organizações sociais que devem marcar a condução das atividades a serem desenvolvidas.

Para amparar teórica e analiticamente quaisquer das dimensões constitutivas da formação neste campo temático, confrontando com abordagens dos movimentos sociais como espaços de interesses difusos e não classistas – de teor conservador ou culturalista - há significativas contribuições teórico-metodológicas na literatura acadêmico-profissional aderente à teoria social crítica e legatária da renovação do Serviço Social brasileiro que se pode recorrer³³ no processo de formação profissional.

Quiçá possa ser essa uma singela contribuição – sujeita ao acúmulo oriundo do debate coletivo - na direção de, a um só tempo, consistir em foco de resistência à subsunção da formação profissional às leis do mercado e demandas de apassivação e/ou criminalização dos movimentos sociais e, além disso, propor alternativas e estratégias para o adensamento da presença na nossa formação das demandas e reivindicações politizadas pelas classes subalternas em seus processos organizativos, contribuindo também para o exercício profissional sustentado no projeto ético-político.

Novembro de 2022

GTP Movimentos Sociais e Serviço Social

[33] Em banco de dados sobre literatura selecionada, produzido pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social (gestão 2013-2014), um conjunto de autores e obras são listadas e indicadas para o estudo e diálogo na área. O material carece, entretanto, de atualizações, além de sinalizar a importância de novos impulsos em termos de estudos, pesquisas e formulações. Elaboraões mais recentes do GTP têm apontado a necessidade de maior amparo teórico em importantes referências do pensamento social latino-americano, bem como de se recuperar autoras(es) negras(os) que tratam das lutas e rebeliões das senzalas. Afora estas indicações, uma importante produção que não poderíamos deixar de destacar como recomendação para o trabalho político-pedagógico no cotidiano da formação e da atuação profissional na área temática das lutas sociais é a obra recém-publicada sob o título 'Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência'. Organizada por Katia Marro, Elizabeth Barbosa e Suenya Santos, a referida obra socializa interessantes processos de construção de instrumentais técnico-operativos para a intervenção profissional advindos de experiências construídas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão junto a movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. *Documento Preliminar Acerca da Curricularização da Extensão*. 2021. Disponível em <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-produz-documento-preliminar-sobre-a-curricularizacao-da-extensao-460>. Acesso em 30 nov. 2022
- ABEPSS. *Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas*. mimeo, 2014.
- ABREU, MM. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4 Ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz et al. GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 13, nº 26, p.183-203, jul/dez. 2013.
- BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. In: *Temporalis*, n 8. Porto Alegre: ABEPSS/Gráfica Odisséia, 2004.
- CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: ABEPSS; CFESS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 461-477.
- COUTINHO, Patrícia da Silva e SILVA, Pâmela Anelise. A Produção de conhecimento em Serviço Social: a contribuição dos ENPSS (2000-2010). *Revista Libertas*. UFJF. v.11, n.1, jan. jul./2011.
- UERJ. Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, FSS/UERJ. Novembro de 2014.
- DAL MORO e MARQUES. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Temporalis*, n.21, jan.jun 2011.
- DIAS, Pedro Neves. Entenda como funciona o Pronera: programa dá acesso à universidade para juventude camponesa. *Brasil de Fato* | Porto Alegre (RS) | 27 de Junho de 2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/entenda-como-funciona-o-pronera-programa-da-acesso-a-universidade-para-juventude-rural>. Acesso em 30 de novembro 2021.
- DIAS, Sabrina dos Santos. *Desenvolvimento capitalista, Serviço Social e Movimentos Sociais: desafios à formação profissional. (Dissertação)*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (ESS-UFF), 2021.
- Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In <http://www.Abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-Abepss-10> - acessado em outubro de 2018.
- DURIGUETTO, M. L. Produção do conhecimento dos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e serviço social. *Temporalis*, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 511–538, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2017v17n34p511-538. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17148>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- DURIGUETTO, M. L. Produção de conhecimento dos cursos de Pós-graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz. Movimentos sociais e serviço social: uma análise da produção acadêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13, 2012, Juiz de Fora, nov. 2012.

_____ e BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. *Temporalis*, Brasília, ano 15, nº 29, p.133-155, jan/jun. 2015.

FARAGE, Eblin; DALTON, Andrea. Extensão universitária e periferias: reflexões sobre experiências de educação popular e seus desafios. In *Revista Enfil Encontros com a filosofia* – UFF) n. 14 (2021)

Eblin FARAGE, Francine HELFREICH, Camila Barros MORAES, Maria Caroline da Silva SOUZA. Extensão universitária como espaço de construção de instrumentos de educação popular em acampamentos urbanos. In MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs.). *Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

FARAGE, Eblin e HELFREICH, Francine (Orgs.). *Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital*. 1ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FARAGE, Eblin Joseph. DIAS, Sabrina dos Santos. *Serviço Social e o Direito à Cidade: Experiência com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Rio de Janeiro*. In: *Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e m*

GONÇALVES, Taciane Couto; ALAGOANO, Verônica Medeiros. A mobilização popular na experiência de assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Poster apresentado no XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2022. Disponível em <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/posters/0000001106.pdf>

GONÇALVES, Taciane Couto; LOPES, Lorhana Luiza. O Serviço Social no Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Educação de Minas Gerais”. In *Anais do In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*. v. 16 n. 1 Brasília-DF, 2019.

GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. Relatório do GTP 2013-2014. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XIV ENPESS “Lutas Sociais e Produção de Conhecimento” – Natal, dezembro de 2014. Disponível em: https://www.Abepss.org.br/arquivos/anexos/movimentos-sociais_relatorio-gtp-201808221659073949230.pdf (acesso em: 2 setembro 2022).

GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. Relatório do GTP 2015-2016. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XV ENPESS, Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. Ribeirão Preto, São Paulo, dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.Abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-mov-sociais-coloquio-do-xv-enpe-ss-2016-201810081142335331990.pdf> (acesso em: 2 setembro 2022).

GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. Relatório do GTP 2019-2020. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XVI ENPESS, Boa Vista, Recife, dezembro de 2020.

GUIMARÃES, Maria Cláudia Ribeiro. *Movimentos Sociais e Fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional*. 2022. 286 f. Tese (Doutorado): Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

- GUIMARAES e MARQUES. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma análise das publicações sobre o tema. *Revista Temporalis*, n.38, 2019.
- IAMAMOTO, Marilda e SANTOS, Claudia Mônica dos. *História pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico -metodológica*. 29 Ed. São Paulo, Cortez. 2009
- IAMAMOTO, Marilda, RAICHELIS, Raquel, BRAVO, Maria Inês Souza. A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. In IAMAMOTO, Marilda e SANTOS, Claudia Mônica dos. *História pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.
- MARCONSIN, Cleier. Serviço social e movimentos sociais: debatendo articulações no âmbito da formação profissional. In: *Revista Temporalis*, n. 40. Brasília: ABEPSS, 2020.
- MARCONSIN, C. *Serviço Social e movimentos sociais: um estudo no âmbito da formação profissional*. Relatório Final do Estágio Pós-doutoral. Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP. Rio de Janeiro, 2019.
- MARRO, Katia; ABRAMIDES, Maria Beatriz; GUIMARÃES, Maria Clariça et al. Questão social e lutas sociais nas diretrizes curriculares do serviço social. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, nº42, p. 261-276, jul/dez.2021, Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37232>. Acesso em: 10 setembro 2022.
- MARRO, Katia; VASCONCELOS, Elisabeth Carla Barbosa e SANTOS, Suenya. (Orgs.). *Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência*. Uberlândia: Navegando, 2021.
- MARRO, Katia Iris. Caminhos profissionais e resistências que brotam das expressões da Questão Social. In: *Temporalis*, n 39. Brasília: ABEPSS, 2020.
- MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? In: *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. SP: Cortez, 2014.
- MARRO, Katia. *Serviço Social em movimento: experiências universitárias de trabalho e articulação com movimentos e organizações das classes subalternas na contemporaneidade*. Relatório de Pesquisa, UFF-PURO, Rio das Ostras, 2011 (mimeo).
- MONTEIRO, Jéssica Oliveira. *Serviço social e educação popular: contribuições para o debate sobre sua atualidade. (Dissertação)*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2018.

OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, F. H. C. dos; BIENENSTEIN, R. Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e serviço social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica. *Temporalis*, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 52–69, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2019v19n38p65-82. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27806>. Acesso em: 1 dez. 2022.

PINTO, Alexander; MARRO, Katia; DURIGUETTO, Maria Lucia, BRAVO, Victor. En las universidades, en las calles, villas y sindicatos: el Trabajo social argentino reconceptualizando su historia. IN PINTO, Alexandre, MOLJO, Carina, SILVA, Jose *et all* (Orgs.). *Trabajo Social y Reconceptualización en Argentina: entre luchas sociales y rupturas teórico-metodológicas*. Juiz de Fora, Editora da UFJF, no prelo.

PORTELA, R. de S.; CRUZ, S. H. R.; SILVA, M. M. da; DAVID, L. M. S. Assessoria do serviço social e movimentos sociais insurgentes em debate. *Temporalis*, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 191–208, 2020. DOI: 10.22422/temporalis.2020v20n39p191-208. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27408>. Acesso em: 1 dez. 2022.

RIBEIRO, Edaléa Maria e SCHUELTER, Bárbara. O tema dos movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio. *Textos e Contextos* (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 314-330, ago./dez. 2011. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9634>

ROCHA, Mirella Farias. *Capitalismo dependente e serviço social: crítica à formação social brasileira na produção teórica brasileira do Serviço Social e outras contradições*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017 (Tese de Doutorado).

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa e ZACARIAS, Inez. (Orgs.). *Serviço social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular*. Curitiba: CRV, 2021.

SILVA, Ana Carolina Cândida da. *Produção do conhecimento sobre movimentos sociais nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). 2022, (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, Rodrigo José. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019 (Tese de Doutorado).

Aqui se respira luta!

ABEPSS 2021-2022

PRESIDENTE **Rodrigo José Teixeira**

SECRETÁRIA **Paula Martins Sirelli**

TESOUREIRO **Gustavo Javier Repetti**

COORDENAÇÃO NACIONAL DE GRADUAÇÃO **Marina Monteiro de Castro e Castro**

COORDENAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Maria Liduina de Oliveira e Silva**

COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS **Ramiro Marcos Dulcich Piccolo**

SUPLENTE DOCENTES **Sheila Dias Almeida**

SUPLENTE DOCENTES **Juliana Iglesias Melim**

REP. NACIONAL DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Rafaela Bezerra Fernandes**

REP. NACIONAL DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Tales Willyan Fornazier Moreira**

REP. NACIONAL DISCENTE DE GRADUAÇÃO **Gustavo Gomes da Silva Marques**

REP. NACIONAL DISCENTE DE GRADUAÇÃO **Wellington Monteiro Ferreira**

DIRETORIA REGIONAL CENTRO OESTE

VICE-PRESIDENTE **George Francisco Ceolin**

COORDENADOR REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Josiley Carrijo Rafael**

COORDENADOR REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Janaína Lopes do Nascimento Duarte**

REPRESENTANTE DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO **Euzamar Ribeiro de Oliveira**

SUPLENTE DOCENTE **Betina Ahlert**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Mariana Feitosa Nascimento**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Samara Santos Silva**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Sarah Silva Martins**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO **Djonatan Kaic Ribeiro de Souza**

DIRETORIA REGIONAL LESTE

VICE-PRESIDENTE **Ana Maria Ferreira**

COORDENADORA REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Giselle Souza da Silva**

COORDENADOR REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Renato dos Santos Veloso**

REPRESENTANTE DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO **Anailza Perini de Carvalho**

SUPLENTE DOCENTE **Valter Martins**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Priscila Ketlyn Firmino Silva**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Natália Costa Silva**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Matheus de Paula**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Rosária de Sá**

DIRETORIA REGIONAL SUL I

VICE-PRESIDENTE REGIONAL **Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho**

COORDENADOR REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Monique Bronzoni Damascena**

COORDENADOR REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Michelly Laurita Wiese**

SUPLENTE DOCENTE **Denise Maria Fank de Almeida**

REPRESENTANTE DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO **Suélien Bezerra Alves Keller**

REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Esdras Tavares de Oliveira**

REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Michael da Costa Lampert**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Luana Portela**

DIRETORIA REGIONAL SUL II

VICE-PRESIDENTE **Fabiana Aparecida de Carvalho**

COORDENADOR REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Edvânia Angela de Souza**

COORDENADOR REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Renata Christina Gonçalves dos Santos**

SUPLENTE DOCENTE **Onilda Alves do Carmo**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Roberta Pereira da Silva**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Rosicler Lemos da Silva**

REPRESENTANTE DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO **Ester Fátima Vargem Rodrigues**

REPRESENTANTE DISCENTES DE GRADUAÇÃO **Maria Fernanda de Aguiar Azevedo**

REPRESENTANTE DISCENTES DE GRADUAÇÃO **Guilherme Siqueira**

DIRETORIA REGIONAL NORDESTE

VICE-PRESIDENTE REGIONAL **Paulo Felix**

COORDENADOR REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Andrea Alice Rodrigues Silva**

COORDENADOR REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Fernanda Marques**

SUPLENTE DOCENTE **Sueli Maria do Nascimento**

REPRESENTANTE DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO **Adiliane Batista**

REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Yanca Virgínia Araújo Silva**

REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Ingred Lydiane de Lima Silva**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Vanessa de Almeida Bandeira**

REPRESENTANTE DISCENTE REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Ana Alice de Souza Vicente**

REGIONAL NORTE

REPRESENTANTE DISCENTES DE GRADUAÇÃO **Thayse Liziê Guedes Couto**

REPRESENTANTE DISCENTES DE GRADUAÇÃO **Andreza Oliveira Barros**

REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Maria Aparecida Milanez Cavalcante**

REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO **Kátia da Silva Farias**

REPRESENTANTE DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO **Rita de Cassia Barbosa dos Santos**

SUPLENTE DOCENTE **Jeffeson William Pereira**

COORD. REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO **Zaira Sabry Azar**

COORD. REGIONAL DE GRADUAÇÃO **Teresa Cristina Moura Costa**

VICE-PRESIDENTE REGIONAL **Rosemeire dos Santos**



ABEPSS
Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

